

ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÃO DE PREVENÇÃO DO RADICALISMO E DO EXTREMISMO VIOLENTO NA GUINÉ-BISSAU (PREV-GB)





FICHA TÉCNICA

Título:

Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento na Guiné-Bissau

Autoria:

Alfredo Handem, Carmelita Pires

Edição:

Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH)

Design e paginação:

Diogo Lencastre

Abril 2026

ISBN:

978-989-36285-4-6

Disclaimer

Esta publicação foi editada no âmbito do projeto “Observatório da Paz”, financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem ser atribuídas a qualquer outra pessoa ou instituição, nomeadamente à União Europeia e ao Camões, I.P.

A informação contida nesta publicação pode ser livremente reproduzida para fins não comerciais, desde que seja mencionada a fonte. Se essa reprodução se destinar a fins comerciais, é necessária autorização prévia do IMVF e da LGDH.

Consulte a versão digital desta publicação em imvf.org/observatoriodapaz.org



ÍNDICE

Lista de abreviaturas	4
INTRODUÇÃO	5
Enquadramento do documento	5
METODOLOGIA	8
1. Revisão documental e enquadramento conceptual	8
2. Consulta participativa e recolha de evidências empíricas	9
3. Validação participativa e consolidação do consenso nacional	10
4. Abordagem analítica: matriz SWOT e articulação estratégica	11
5. Considerações éticas e de proteção de dados	11
DIAGNÓSTICO	12
Fraca presença do Estado e governação frágil	12
Desigualdades socioeconómicas e exclusão de jovens e mulheres	12
Fraqueza das instituições democráticas e do sistema de justiça	13
Porosidade das fronteiras e circulação de ideologias radicais	13
Regiões e grupos especialmente vulneráveis	13
Manipulação religiosa, discurso de ódio e redes sociais	13
Lições aprendidas e iniciativas existentes	13
Estratégia	14
Restrição	14
Fundamentação	15
Foco	17
PLANO DE AÇÃO	20
Eixo 1 - Reforço do Estado de Direito	21
Eixo 2 - Educação e comunicação estratégica	27
Eixo 3 - Envolvimento social e comunitário	34
Eixo 4 - Promoção da Inclusão	38
ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO	44
Conselho PREV	44
Central de Inteligência PREV	45
Rede de Bancadas de Cidadania	46
MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	47
CUSTOS E FINANCIAMENTO	49
Eixo 1	50
Eixo 2	53
Eixo 3	56
Eixo 4	58
CONCLUSÃO	61
SOBRE OS AUTORES	62

LISTA DE ABREVIATURAS

- AD** Associação para o Desenvolvimento
- AGMJ** Associação Guineense de Mulheres Juristas
- AMPROCS** Associação de Mulheres Profissionais dos Órgãos de Comunicação Social
- ANP** Assembleia Nacional Popular
- AQMI** Al-Qaeda no Magrebe Islâmico
- ARN** Autoridade Reguladora Nacional
- CEDEAO** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CMICS** Consórcio de Média e Inovação em Comunicação Social
- CNDH** Comissão Nacional de Direitos Humanos
- CNAPN** Comité Nacional de Abandono das Práticas Nefastas
- CNI** Conselho Nacional Islâmico
- FDB** Faculdade de Direito de Bissau
- IMVF** Instituto Marquês de Valle Flôr
- INEP** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
- LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos
- MAPTESS** Ministério da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social
- MNSC** Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz e Democracia
- ONU** Organização das Nações Unidas
- OSC** Organizações da Sociedade Civil
- PALOP** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PGR** Procuradoria-Geral da República
- PPM** Plataforma Política das Mulheres
- PREV-GB** Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau
- RENAJ** Rede Nacional de Associações Juvenis
- RENARC** Rede Nacional de Rádios Comunitárias
- RENLUV** Rede Nacional de Luta contra a Violência Doméstica
- REV** Radicalismo e Extremismo Violento
- SINJOTECS** Sindicato dos Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social
- UE** União Europeia
- UNI** União Nacional dos Imames
- WANEP-GB** Rede Oeste Africana para Edificação de Paz na Guiné-Bissau

INTRODUÇÃO

A expressão «radicalismo e extremismo violento» está associada a uma longa polémica no seio das organizações internacionais¹ no que toca à definição do terrorismo. Assim, em resposta a essa falta de consenso, a Assembleia Geral da ONU adotou, há uma década, a expressão «extremismo violento tendendo a conduzir ao terrorismo»².

Mesmo que esta nova definição não satisfaça muitos especialistas credenciados³, a partir desse momento, o conceito de extremismo violento substituiu o de terrorismo. A ONU delegou nos países a definição de ambos os conceitos: «O extremismo violento é um fenómeno multiforme, escapando a qualquer definição clara. Compete aos Estados-membros definir as noções de “terrorismo” e de “extremismo violento” (...) o presente Plano de Ação não arrisca definição»⁴.

A Comissão para os Direitos Humanos da ONU reconhece explicitamente que «enquanto declarações, resoluções e tratados universais distinguiram condições e articularam pontos em comum, não existe definição padronizada de terrorismo. Na ausência de uma definição internacionalmente reconhecida, apela-se aos Estados para se guiarem pelos elementos-chave de atos terroristas fornecidos pela resolução do Conselho de Segurança 1566» (2004). «No mínimo, o terrorismo envolve a intimidação ou coerção de populações ou governos através de violência ou ameaça, causando a morte ou resultando em ofensas graves.» No que toca a definições ambíguas de terrorismo, reconhece igualmente que «o extremismo violento continua a ser um tema complexo e difícil de apreender. É um fenómeno mais abrangente do que o terrorismo e não existe uma definição clara e universalmente aceite de extremismo violento; na verdade, o termo “extremismo” não encontra fundamento em normas jurídicas internacionais vinculativas», e que tal abordagem, classificada como inconsistente, deu origem a legislações vagas que correm o risco de sabotar medidas eficazes de prevenção⁵.

Enquadramento do documento

A presente Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau (PREV-GB) constitui um dos principais produtos do projeto “**Observatório da Paz – Nô Cudji Paz**”, implementado entre 2022 e 2026 pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela Liga Guineense dos Direitos

¹ Ainda antes do advento da ONU, já a sua equivalente entre as grandes guerras, a Sociedade das Nações, se debateria com o mesmo problema, em termos de encontrar uma definição consensual, aceitável e reconhecida por todos os países.

² Plano ONU de combate ao extremismo violento, no contexto da estratégia antiterrorista mundial, Assembleia Geral, 24 de dezembro de 2015, A/70/674, p. 1.

³ Alex P. Schmid, *Defining Terrorism*, ICCT, 2023: «Deixou de se falar em terrorismo, preferindo-se-lhe o termo “extremismo violento”. Essa transferência não resolve grande coisa. (...) Extremismo e mesmo extremismo violento não é a mesma coisa que terrorismo», p. 3.

⁴ Plano ONU citado, p. 2.

⁵ www.ohchr.org/en/terrorism

Humanos (LGDH), com financiamento da União Europeia e cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Este documento resulta de um processo participativo e multissetorial que envolveu mais de 200 atores estratégicos em Bissau, Cacheu e Gabú, incluindo instituições estatais, líderes religiosos e tradicionais, organizações da sociedade civil, jovens, mulheres e representantes dos média. A estratégia foi validada num atelier nacional⁶, a 16 de abril de 2026, na Casa dos Direitos em Bissau, com 62 participantes, incluindo 21 mulheres, representando instituições do Estado, organizações da sociedade civil, confissões religiosas e associações de jovens e mulheres, consolidando um amplo consenso sobre os princípios, as prioridades e as ações de prevenção, e reflete quatro anos de trabalho de campo, produção de conhecimento e diálogo comunitário.

No Relatório Inicial apresentado, que serviu de base à elaboração da presente estratégia, foram discutidos vários conceitos conexos, relativizando a propensão identificada para a atribuição de carga negativa à palavra «radicalismo» e realçando como, nas três palavras da sigla REV, o mais relevante é destacar o ato de passagem à violência: numa lógica de prevenção, o maior desafio é identificar os gatilhos que podem despoletar a violência, conscientes do potencial «explosivo» desta.

Ora, até o interdito sobre a violência tem limites. Em termos individuais, a legítima defesa; em termos coletivos, o direito de revolta⁷. Quando a sociedade é sequestrada e mantida sob uma ameaça inaudita, a violência pode tornar-se não apenas legítima, como

⁶ Observatório da Paz. (2026, 16 de abril). Guiné-Bissau valida a estratégia nacional e plano de ação para prevenir a radicalização e o extremismo violento. <https://observatoriodapaz.org/guine-bissau-valida-a-estrategia-nacional-e-plano-de-acao-para-prevenir-a-radicalizacao-e-o-extremismo-violento/>

⁷ São Tomás de Aquino, Suma Teológica (inacabada, à data da sua morte em 1274).



a única saída para sacudir o jugo. A própria República da Guiné-Bissau sofreu com a marca constitutiva da violência: pela passagem à ação direta e depois à luta armada.

No entanto, nem tudo vale na guerra, por isso constitui um tipo de crime⁸. Cabral, para evitar o discurso do ódio, não se cansava de insistir que o inimigo era o sistema colonial e não o povo português. Durante a guerra colonial (ou luta de libertação) na Guiné-Bissau, enquanto os portugueses apelidavam os elementos do PAIGC de terroristas (tendo mesmo cunhado o diminutivo «turra»), os guineenses que se lhes opunham consideravam-se «combatentes da liberdade», termo cunhado em 1850 por Karl Heinzen⁹, concluindo que «aquele que para uns é um terrorista, para outros é um combatente da liberdade».

Numa definição sintética proposta por Alex Schmid: «Terror é, antes de mais, um estado mental caracterizado ao nível individual pelo pavor de ameaça iminente, e, ao nível coletivo, por um clima de medo. Terrorismo é uma atividade, método ou tática, cuja intenção é produzir terror, ao nível psicológico.»¹⁰ Neste sentido, o massacre de Pindjiguiti pode ser considerado um ato de terror estatal, representando a ameaça de opressão do regime colonial. Obviamente que «a definição dos termos, como outras ações humanas, depende de quem as elabora»¹¹. Na Arábia Saudita, por exemplo, segundo a lei de 2014, considera-se terrorista «qualquer pessoa que questione o Rei ou o Governo, ou apoie qualquer grupo, partido ou organização não autorizada»¹². Já a lei bissau-guineense, nomeadamente o Código Penal de 1993, considera terrorista quem atente contra a Constituição da República e as instituições democráticas, recorrendo à violência ou à ameaça.

Com o objetivo de elaborar a estratégia PREV e o respetivo plano de ação, foi realizado um intenso trabalho de campo de auscultação junto de uma grande diversidade de partes interessadas, em paralelo com um esforço de conceptualização e de contextualização no âmbito de uma abordagem SWOT, resultando no Relatório Inicial, no qual se enunciam alguns princípios estruturantes e orientações para a conceção de uma estratégia adaptada à realidade, às condições de desenvolvimento e ao status quo vigente no país, da qual resulta um plano de ação consistente, coerente e consequente.

Com base nas conclusões do diagnóstico e nas indicações apresentadas no Relatório Inicial, começa-se por defender, de forma fundamentada, a opção tomada, por considerações estratégicas, de exclusão liminar da componente repressiva (que pode ser considerada, por si própria, uma vitória do terrorismo, contribuindo para ampliar o medo), para em seguida se apresentarem as bases reflexivas da estratégia proposta, condicionada pela atual conjuntura política. O plano de ação será detalhado em função da razoabilidade dos custos e do potencial de financiamento. Em conclusão, defende-se que a PREV é uma responsabilidade de alto nível ao nível global, exigindo profunda reflexão e vontade política ao nível das lideranças mundiais, em prol da construção de uma paz sustentável.

⁸ Alex P. Schmid, *Defining Terrorism*, ICCT, 2023, defendeu mesmo perante a ONU o tratamento penal dos crimes de terrorismo equiparando-os aos crimes de guerra; contudo, a sua proposta foi recusada, p. 12.

⁹ Daniel Bessner e Michael Stauch, *Karl Heinzen and the Intellectual Origins of Modern Terror*, Vol. 22, nº 2.

¹⁰ Alex P. Schmid, *Handbook of Terrorism Research*, Routledge, 2011, p. 3.

¹¹ Peter C. Sederberg, *Terrorist Myths: Illusion, Rhetoric, and Reality*, Prentice Hall, p. 3.

¹² Alex P. Schmid, *Defining Terrorism*, ICCT, 2023, p. 18.

METODOLOGIA

A construção da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau (PREV-GB) assentou numa abordagem participativa, inclusiva e multissetorial, desenvolvida no âmbito do projeto “**Observatório da Paz – Nô Cudji Paz**”, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), com financiamento da União Europeia e cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

O processo metodológico foi concebido para garantir a representatividade territorial, a escuta ativa das partes interessadas e a integração de múltiplas perspetivas – institucionais, comunitárias, académicas e religiosas – de modo a assegurar a legitimidade nacional, a apropriação local e a sustentabilidade na implementação da Estratégia. Para tal, combinaram-se três componentes fundamentais, articuladas de forma iterativa ao longo de todo o ciclo de elaboração do documento:

1. Revisão documental e enquadramento conceptual

Foi realizada uma análise rigorosa da documentação nacional, regional e internacional relevante para a prevenção do radicalismo e do extremismo violento, incluindo:

- Legislação nacional e políticas públicas com impacto direto ou indireto na promoção da coesão social e na prevenção da violência;
- Instrumentos jurídicos internacionais (ONU) e regionais (União Africana, CE-DEAO) sobre terrorismo, direitos humanos e governação democrática;



- Estudos académicos, diagnósticos setoriais e avaliações sobre a situação socio-política, económica e de segurança da Guiné-Bissau;
- Estratégias e boas práticas de países com contextos comparáveis, permitindo o alinhamento com padrões globais e a adaptação contextualizada à realidade guineense;
- Documentos produzidos no âmbito do projeto Observatório da Paz, nomeadamente o *Policy Paper* em colaboração com o Chatham House, o Estudo Compreensivo sobre Radicalização e Extremismo Violento na Guiné-Bissau e o relatório de monitorização do WANEP-GB.

Esta revisão permitiu estabelecer uma base conceptual sólida, clarificar os termos operativos da Estratégia (radicalismo, extremismo violento, prevenção) e identificar lacunas normativas e oportunidades de articulação institucional.

2. Consulta participativa e recolha de evidências empíricas

Com o objetivo de compreender as perceções de risco, identificar desafios locais e recolher contributos concretos para a formulação da Estratégia, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e consultas diretas com mais de **200 atores estratégicos**, distribuídos por três regiões prioritárias: **Setor Autónomo de Bissau (SAB)**, **Cacheu (Canchungo)** e **Gabú**.

2.1. Instrumentos de recolha de dados

- **Roteiro de auscultações:** documento orientador com lista exaustiva de atores-chave a consultar, organizado por categorias institucionais;
- **Questionário aberto adaptado:** guião flexível com perguntas direcionadas a diferentes perfis de interlocutores (autoridades do Estado, organizações da sociedade civil, líderes religiosos e tradicionais, parceiros internacionais), permitindo captar opiniões pessoais, reflexões críticas e sugestões operacionais;
- **Registo sistemático:** transcrição e codificação qualitativa das intervenções, com desagregação por género, idade, região e área de atuação, sempre que aplicável.

2.2. Categorias de interlocutores consultados

CATEGORIA	EXEMPLOS DE ENTIDADES/INTERLOCUTORES
Autoridades do Estado	Polícia Judiciária, Serviço de Informação e Segurança, Instituto da Juventude, Secretaria de Estado da Educação, Conselho Nacional da Juventude, administradores setoriais
Sociedade Civil e OSC	MNSC, RENLUV, PPM, WANEP-GB, CTO-Bissau/Fórum de Paz, CNAPN, CONGAI, associações comunitárias
Líderes religiosos e tradicionais	Conselho Nacional Islâmico, União Nacional dos Imames, Diocese de Bissau, Igrejas Evangélicas, balobeiros, régulos, chefes de tabanca
Comunidade internacional	União Europeia, ONUDC, CEDEAO, Embaixada de Portugal, agências das Nações Unidas
Especialistas e consultores	Investigadores nacionais e internacionais, peritos em PREV, académicos do INEP e universidades

2.3. Princípios orientadores da consulta

- **Participativo e didático:** promoção de espaços de diálogo que combinam a transmissão de conhecimento com a escuta ativa;
- **Sociológico e dinâmico:** atenção às dinâmicas de poder, de género e geracionais, com adaptação dos métodos de interação;
- **Flexível e inclusivo:** garantia de acesso a grupos tradicionalmente marginalizados (mulheres, jovens, pessoas com deficiência, populações rurais).

3. Validação participativa e consolidação do consenso nacional

A versão preliminar da Estratégia e do Plano de Ação foi submetida a um processo de devolução e validação junto das partes interessadas, estruturado em três etapas:

1. **Pré-consulta técnica:** envio antecipado do documento em formato digital e/ou impresso, com prazo para reflexão e envio de contributos escritos;
2. **Conferência nacional de validação:** fórum presencial em Bissau¹³, com apresentação pública das propostas, debate em painéis temáticos e recolha de feedback estruturado;
3. **Integração de contributos:** revisão final do documento com incorporação das recomendações validadas, garantindo que a versão consolidada reflete um amplo consenso nacional sobre princípios, prioridades e ações da Estratégia.

¹³ Observatório da Paz. (2026, 16 de abril). *Guiné-Bissau valida a estratégia nacional e plano de ação para prevenir a radicalização e o extremismo violento*. <https://observatoriodapaz.org/guine-bissau-valida-a-estrategia-nacional-e-plano-de-acao-para-prevenir-a-radicalizacao-e-o-extremismo-violento/>



Este processo permitiu não apenas aprimorar o conteúdo técnico da PREV-GB, mas também reforçar a apropriação política e institucional do documento, condição essencial para a sua implementação eficaz.

4. Abordagem analítica: matriz SWOT e articulação estratégica

Para sistematizar os resultados do diagnóstico e das consultas, foi aplicada uma análise reflexiva inspirada na metodologia **SWOT** (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças), permitindo:

- Identificar ativos endógenos da sociedade guineense (diversidade étnico-religiosa, tradição de tolerância, resiliência comunitária);
- Reconhecer as vulnerabilidades estruturais (fragilidade institucional, desigualdades socioeconómicas, porosidade das fronteiras);
- Mapear ameaças conjunturais (instrumentalização política da religião, discursos de ódio nas redes sociais, influência de ideologias extremistas transnacionais);
- Detetar oportunidades de intervenção (empoderamento de jovens e mulheres, educação para a cidadania, cooperação regional, comunicação estratégica).

Com base nesta análise, a Estratégia articula-se em torno de quatro eixos de intervenção complementares, operacionalizados através de um Plano de Ação quinquenal (2026–2030), com indicadores de processo, de resultado e de impacto, desagregados sempre que possível por género, idade e região.

5. Considerações éticas e de proteção de dados

Todo o processo de recolha e tratamento de dados respeitou os princípios éticos de confidencialidade, consentimento informado e uso exclusivo para fins de formulação de políticas públicas. As opiniões expressas pelos interlocutores foram tratadas de forma anónima ou atribuída, conforme preferência declarada, e os dados pessoais recolhidos não foram partilhados com terceiros sem autorização explícita.

Nota metodológica: A presente Estratégia não pretende esgotar o conhecimento sobre o fenómeno do radicalismo e do extremismo violento na Guiné-Bissau, mas constituir um instrumento vivo, suscetível de revisão periódica à luz de novas evidências, lições aprendidas e da evolução do contexto nacional e regional. A sua implementação exigirá monitorização contínua, avaliação baseada em resultados e mecanismos ágeis de ajuste, garantindo que a PREV-GB permaneça relevante, eficaz e alinhada com as aspirações de paz, justiça e desenvolvimento sustentável do povo guineense.

DIAGNÓSTICO

Fraca presença do Estado e governação frágil

Em vastas zonas do território, sobretudo em áreas rurais e fronteiriças, a presença do Estado é escassa ou simbólica, limitando o acesso da população a serviços públicos essenciais como educação, saúde, justiça ou segurança. Esta ausência institucional alimenta sentimentos de abandono, desconfiança nas instituições e dependência de estruturas paralelas ou informais, suscetíveis a influências externas ou extremistas.

Desigualdades socioeconómicas e exclusão de jovens e mulheres

A pobreza crónica, o elevado desemprego juvenil e a exclusão de mulheres dos processos de decisão e do acesso a oportunidades formam um pano de fundo crítico. Jovens privados de perspetivas de vida digna tornam-se alvos fáceis de narrativas extremistas que oferecem sentido, pertença ou ganhos materiais. Do mesmo modo, a violência baseada no género e a desigualdade reduzem a resiliência de segmentos inteiros da sociedade.



Fraqueza das instituições democráticas e do sistema de justiça

A instabilidade política recorrente, o enfraquecimento do Estado de direito, a percepção generalizada de impunidade e corrupção, bem como as limitações do sistema judicial e da proteção de direitos humanos, contribuem para a erosão da confiança nas instituições e facilitam a aceitação de discursos populistas, discriminatórios ou violentos.

Porosidade das fronteiras e circulação de ideologias radicais

A extensa e porosa fronteira da Guiné-Bissau, aliada a sistemas de controlo fracos, permite a livre circulação de pessoas, inclusive de influências religiosas ou ideológicas com potencial radicalizador. A infiltração progressiva de movimentos extremistas, com discursos desviantes do Islão tradicional, tem sido documentada em comunidades carentes e vulneráveis, com apelos a práticas intolerantes e hostis à convivência inter-religiosa.

Regiões e grupos especialmente vulneráveis

Zonas fronteiriças, bairros periféricos das grandes cidades e comunidades rurais economicamente marginalizadas revelam-se particularmente expostas aos riscos de radicalização. Os jovens em situação de desemprego prolongado, estudantes com frustração educacional, líderes religiosos desacreditados ou grupos em situação de deslocamento forçado figuram entre os segmentos mais vulneráveis.

Manipulação religiosa, discurso de ódio e redes sociais

Em períodos de crise ou competição política, tem-se observado a instrumentalização das diferenças étnicas ou religiosas para fins de radicalização / polarização. As redes sociais amplificam estes discursos, muitas vezes com conteúdo discriminatório, desinformação, apelos à violência; sem regulamentação, mecanismos de responsabilização ou resposta.

Lições aprendidas e iniciativas existentes

Embora dispersas, algumas iniciativas locais de mediação comunitária, prevenção da violência e promoção da cidadania têm demonstrado impacto positivo. É fundamental consolidar e escalar estas boas práticas, reforçando a capacidade das comunidades, da sociedade civil e Estado em resistir coletivamente à propagação de ideologias extremistas.

ESTRATÉGIA

Diagnosticada a classe política como a principal ameaça REV¹⁴, a estratégia centra-se na oportunidade de resiliência social, baseada num sincretismo secular e numa cultura de identidade compósita forjando forte sentimento nacional, cimentado pela luta vitoriosa pela independência, liderada por Amílcar Cabral.

Trata-se de reconhecer e valorizar o tesouro de convivência e criação conjunta de que a tradição nacional é fiel depositária. Propõe-se uma estratégia de empoderamento identitário, de apropriação e consolidação de boas práticas pela narrativa (ou contra-narrativa, no caso de más práticas), no sentido de imunizar a sociedade às práticas políticas nocivas à sua coesão interna, a implementar no contexto de um combate às causas profundas de exclusão, nomeadamente a pobreza extrema e a desidentificação por desesperança, conducentes à elevada propensão para a emigração descontrolada.

Restrição

Neste ponto, descarta-se estrategicamente a componente repressiva ou punitiva, por vezes associada à “prevenção”.

As limitações da abordagem repressiva eram há muito apontadas: “Apesar do progresso louvável no combate ao terrorismo através de medidas de segurança, tais como operações militares e aplicação da lei a nível internacional e regional, há um crescente reconhecimento internacional de que os esforços dos Pilares I e IV têm recebido atenção insuficiente e que as medidas antiterrorismo baseadas na segurança, adoptadas pelos governos nacionais, por si só, não serão suficientes para enfrentar o desafio muito mais amplo do extremismo violento. Como resultado, o Plano de Acção do Secretário-Geral para Prevenir o Extremismo Violento, de Dezembro de 2015 (A/70/674), enfati-

¹⁴ Ler Relatório Inicial: “Na Guiné-Bissau o que existe é radicalismo político. Temos inúmeros exemplos de convivência pacífica entre as comunidades com culturas e confissões religiosas diferentes”; “O Estado tem que balizar a atuação dos políticos de modo a manterem a equidistância com a religião e as diferenças étnicas”; “Na Guiné-Bissau não existe o radicalismo e extremismo violento como em outras partes do mundo ou em África. Desde quando nascemos aprendemos com os mais velhos que todas as religiões devem conviver pacificamente (...) é preciso deixar de financiar os políticos”; “Os políticos tentam muitas vezes interferir na manipulação da etnicidade e religião”; “Existe uma coabitação pacífica entre as diferentes religiões na região, apesar de ter havido interferência política na vida espiritual das comunidades”; “Não existe extremismo religioso no país, existe sim, muita manipulação política, jogos de interesse para a manutenção do poder porque a religião é também um poder”; “Polarização de partidos políticos sem preparação, organizações sem uma base social, faz com que a política penetre na religião, criando desentendimento e conflitos”; “Prioridade à sensibilização contra o radicalismo político. Muitos são os discursos de ódio a tentar empurrar um grupo étnico contra o outro, quando no fundo são objetivos políticos os visados”; “Uma ameaça de radicalização parece vir agora dos políticos através dos mecanismos que utilizam para se perpetuar ou chegar ao poder”; “Na Guiné-Bissau, não conhecemos diferenças entre etnias e religiões, são os políticos que forjaram esse problema entre nós”; “Em suma, os guineenses não consideram a religião um factor de extremismo violento. De um modo geral, a violência extremista é mais provavelmente explicada pelas ações dos líderes políticos e comunitários”.

zou a necessidade de se concentrar em medidas preventivas para combater os fatores que impulsionam o extremismo violento e garantir a participação da sociedade civil.”¹⁵

O abandono da CEDEAO pelos três países da nova Federação do Sahel, na sequência de golpes de estado, veio colocar em relevo outros problemas em torno de tal dinâmica securitária, em prejuízo dos Direitos Humanos e da democracia, destacando os riscos de retroalimentação do flagelo, pela criação de novos estigmas, sementes de futuras violências. É possível que tenha sido uma inevitabilidade, atendendo à propagação do fenómeno; mas no nosso da Guiné-Bissau é diferente, pois ainda não foi contaminada por tal patologia social; o sentimento maioritário parece ser de imunidade ao fenómeno REV.

No caso da Guiné-Bissau, o sentimento prevalecente de impunidade, associado ao estado de inoperância da Justiça¹⁶, contribui para desacreditar qualquer iniciativa ao nível legislativo, em termos de REV. Qualquer tentativa de tipificação da figura de terrorista ou extremista violento, arrisca-se a descambar em paranoia institucional¹⁷, incrementando um clima de desconfiança passível de ofender os direitos humanos e estigmatizar possíveis alvos de infundada suspeição. Esbarraria ainda com falta de exemplaridade a nível superior, configurando um défice moral.

A legislação guineense permite articular, com suficiente precisão, um conjunto de crimes “contra a paz”, incluindo a disseminação de *fakes* e a instigação à violência, com outras ofensas graves, de tentativa punível. Trata-se essencialmente de garantir a sua aplicação, através da respetiva funcionalização, no âmbito do cúmulo jurídico.

Para além disso, o elemento radicalizado, o extremista, não é sensível ao argumento penal: lembre-se o caso limite do bombista-suicida, que despreza a vida e não teme a morte (a pior moldura penal possível, se bem que excluída pela legislação guineense).

Tal como lembrou o administrador de Canchungo, “mais vale prevenir do que remediar”.

Fundamentação

Como prevenir um fenómeno tão difuso como o REV, para o qual nem sequer há definição consensual, num contexto de instrumentalização do terror para fins políticos (segundo a própria articulação jurídica em vigor), sobretudo quando as auscultações deram a entender que “a maioria dos *stakeholders* nacionais acham que é muito improvável que aconteça na Guiné-Bissau”¹⁸?

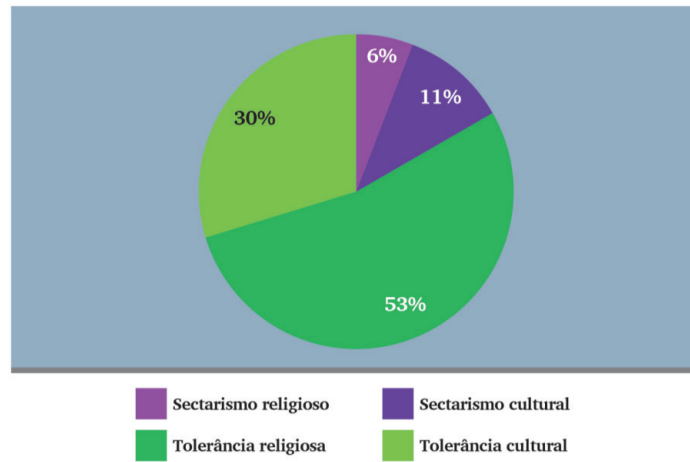
¹⁵ The Role of African Civil Society Organizations in Preventing Violent Extremism in Africa, Experts Group Meeting, Abuja, 2017.

¹⁶ Estudo *Vozes do Povo*. Sociedade, Política e Opinião Pública na Guiné-Bissau. Miguel Carter & Carlos Cardoso (organizadores), Demos, Bissau, 2021,

¹⁷ [facebook.com/photo?fbid=1080666730893219&set=a.538163365143561](https://www.facebook.com/photo?fbid=1080666730893219&set=a.538163365143561)

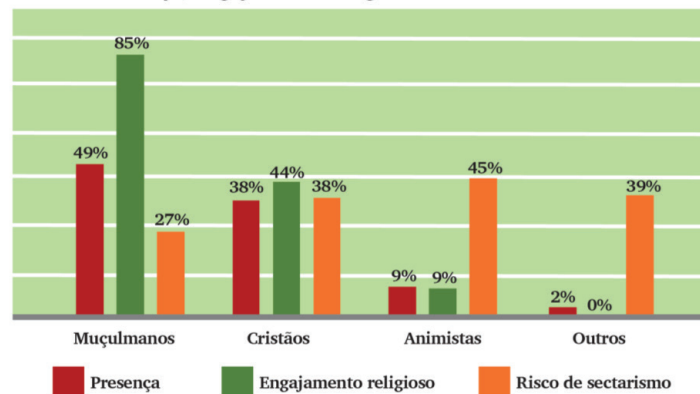
¹⁸ Relatório Inicial, p. 9.

Sectarismo e tolerância: Religioso e cultural.
Hipótese B



“O sectarismo, a defesa intolerante, fechada e facciosa de sentimentos religiosos ou ideológicos, tende a perturbar a coexistência social e enfraquecer o desenvolvimento democrático. Em certos contextos, pode facilitar o surgimento de ações extremistas, com perigo para a ordem pública. A Guiné-Bissau não sofre deste tipo de violência, mas alguns países da região sim. Daí o interesse em captar o alcance de sentimentos que podem propiciar atos de intransigência - sobretudo religiosa - no seio do povo guineense.”¹⁹ Assim começa o capítulo do estudo *Vozes do Povo* dedicado ao *Risco de Sectarismo Religioso* apresentando conclusões de surpreendentes: “Constatou-se que, na Guiné-Bissau, as pessoas mais tolerantes tendem a ser mais religiosas”, ilustrada pelo facto de “a probabilidade de achar um guineense ecuménico é duas vezes maior num ambiente de maior religiosidade do que entre as pessoas com escassa participação religiosa”.

Presença, engajamento religioso e risco de sectarismo



Presença: Percentagem de cada grupo religioso sobre o total nacional. Exclui resposta “não sabe” (1% do total).

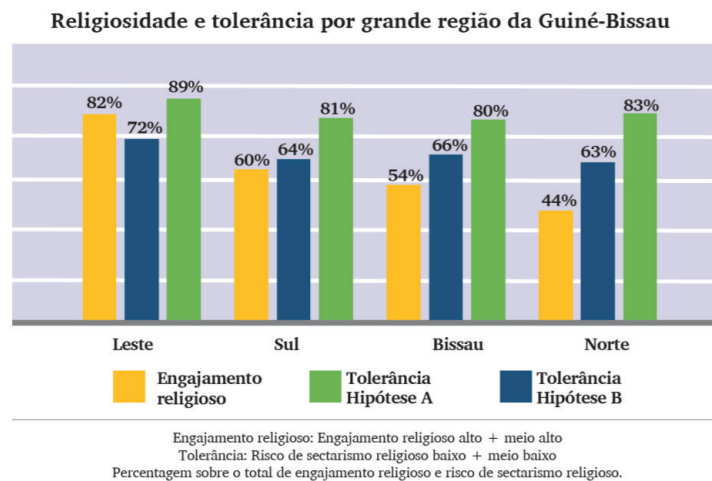
Engajamento religioso: Engajamento religioso (ER) Alto + meio alto. Percentagem sobre total ER.

Risco de sectarismo: Risco de sectarismo religioso (RSR) Alto + meio alto. Percentagem sobre o total RSR.

¹⁹ Vozes do Povo, cit. p. 29.

O mesmo estudo revela ainda que o género e a tipologia urbano / rural pouco influem na predisposição para o sectarismo, reconhecendo que “o Leste é a região mais religiosa e mais tolerante do país” ali vigorando “uma combinação mais intensa do patriarcalismo e do ecumenismo religioso”.

“A comunidade muçulmana destaca-se pela alta religiosidade. Três em cada quatro muçulmanos pratica a sua religião mais de uma vez por dia. Ademais, este grupo exhibe as atitudes mais favoráveis à convivência ecuménica”.



Os dados apresentados ajudam a compreender a revolta contra expressões como “terrorismo islâmico”, colocando em relevo o perigo de generalizações abusivas. “Uma das pessoas entrevistadas por Boiro, que vive em Bissau, defendeu que o terrorismo não tem nada a ver com o Islão, embora uma pessoa religiosa possa praticar tais atos que possam constituir terrorismo. No passado, falavam sobre fundamentalismo islâmico, terrorismo islâmico (...) quando a Liga nos chamou, avisámos que não participaríamos numa conversa em que essa linguagem fosse usada.”²⁰

Um marco importante para a política de prevenção do REV é a sensibilização das lideranças religiosas e tradicionais. Tratando-se de moldar as mentalidades, com o desafio principal situando-se ao nível do *mindset*, a credibilidade percebida do mensageiro é de importância crucial para transmitir a mensagem. A ideia é reforçar a identidade nacional, o sentimento de *guineendadi*, que se traduz por um espírito de tolerância e de ecumenismo, de mistura étnica e de sincretismo religioso, blindando a sociedade contra influências políticas perniciosas: uma narrativa de que somos fortes o suficiente para não nos deixarmos instrumentalizar.

Foco

“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.” Assim começa São João o seu testemunho para o Novo Testamento, num paralelo com as primeiras palavras da Bíblia. A primeira palavra do Alcorão é “Lê!”. As palavras, os conceitos, são de extrema importância para a estrutura mental. Religião significa precisamente

²⁰ Relatório Inicial, p. 75.

religação no seio da humanidade... Paz. É na palavra que deve ser procurada a força transformadora.

O foco da estratégia proposta pretende-se comportamental, fomentando as atitudes inclusivas e inibindo as exclusivas, intervindo ao nível do discurso, no contexto de uma narrativa de empoderamento identitário. Uma narrativa simples pode ser muito eficaz²¹. A diversidade cultural da Guiné-Bissau, com a sua propensão para o ecumenismo e o sincretismo, constitui, de certa forma, um paradigma de oposição às “identidades assassinas”²², ou seja, ao REV.

Prevenir o discurso da exclusão, ao nível da elite de educadores e lideranças religiosas, é tomar consciência da necessidade imperiosa de não promover nem tolerar generalizações ou estereótipos²³. Cada indivíduo é especial, com percurso específico, o seu comportamento deve ser analisado isoladamente, como único e caso a caso. Há que combater as sementes do extremismo, que radicam numa conceção maniqueísta do mundo, simplificação abusiva de uma visão a preto e branco; quando, ao invés, a realidade comporta uma infundável escala de cinzentos. Tal visão demoniza a diferença, o outro, que passa a representar o mal, ao ser encarado como ameaça existencial aos nossos - que só praticam o bem.

Pelo contrário, em vez dessa atitude fechada, trata-se de elogiar a abertura à diversidade, fazer dela a marca distintiva da Nação. Da biodiversidade à multiplicidade de etnias e credos. Adotar discurso positivo de valorização da diversidade, associando-a à criatividade, a uma dinâmica de progresso, de liberdade e de espírito crítico, capaz de discernir, para aproveitar o que de melhor tem cada cultura. Estimular o excedente, na balança da pertença identitária, eliminando qualquer défice, gerador de exclusão e estigmatização. Para contrariar o discurso do ódio, apostar no discurso de paz, da harmonia nacional.

Por outro lado, o estudo Vozes do Povo conclui que “Nenhum outro país da região exhibe uma cidadania tão avessa a apresentar uma petição em grupo às autoridades, denunciar um problema nos meios de comunicação, pedir ajuda ao governo, ou participar num ato de protesto. Esta situação se deve a vários fatores, entre outros o descrédito do Estado, certo medo de ser reprimido, e a falta de apreço pela dissidência.”²⁴, atitude que se traduz pela utilização da expressão aparentemente derrotista “djitu ka tem”. Poderá parecer que a estratégia proposta ignora o fenómeno REV. Não se trata de ignorância, mas de confiança, de alimentar e potenciar o sentimento prevalecente de imunidade REV, uma atitude de não-violência, estratégica e coletivamente assumida.

²¹ Tome-se o filho de um casamento entre um fula e uma mandinga, entre um cristão e uma muçulmana, ou vice-versa: imagine-se como se sentirá a criança se for repudiada por impura ou alheia pela família do pai e da mãe; ou a violência que representa simplesmente obrigá-la a optar entre uma ou outra pertença. A alternativa que se oferece reside na chave identidade compósita: essa criança deve ser especialmente valorizada, por ser uns E por ser também os outros, por fazer a ponte entre duas (ou mais) culturas.

²² Amin Maalouf, “As identidades assassinas”, Difel, Algés, 1999.

²³ Fula / balanta; cristão / muçulmano: não há dois muçulmanos ou dois balantas iguais. Somos todos e todas diferentes, toda a gente tem o seu contributo original para dar à sociedade. Não tomar a árvore pela floresta: ou seja, a prática de uma ofensa por um muçulmano, não torna extensível o opróbrio a todos os outros. Um jovem balanta que furta uma vaca não faz de todos os balantas ladrões.

²⁴ Vozes do Povo, obra citada Bissau, 2021, p. 17.

Tal postura permite manter a idiosincrasia face a casos isolados que podem ser classificados REV ou mesmo de terrorismo (caso de vídeo circulado nas redes sociais de tortura de taxista²⁵ e o recente caso Tanu Bari²⁶). O trauma nacional adveniente evidencia a absoluta condenação de tais atos como alheios à cultura popular. Qual a origem da violência? João Carlos Gomes, em carta aberta endereçada a 24 de setembro de 2007 ao então presidente Nino Vieira, escrevia²⁷: “Apesar de toda a violência que marcou a sua jornada, os guineenses são atualmente um povo muito pacífico. A evidência está no facto de que (ao longo de toda a sua história), os atos mais marcantes de violência que tiveram lugar neste país, foram perpetrados, não por cidadãos, mas, pelo próprio governo, contra os seus cidadãos indefesos”. Essa rejeição visceral da violência, traduzida pela exclamação “es i ka di nós”, evidencia um povo *sufridur*, mas forte nas suas convicções.

Perante tirania informal com pretensões de forjar uma aparência formal de legalidade, o distanciamento dos cidadãos e cidadãs em relação à classe política (renovada) parece ter-se agravado substancialmente, dando origem a uma extrema polarização social entre detratores e apoiantes do regime, a qual se traduziu recentemente por episódio de extrema violência no exterior²⁸. A única recomendação plausível no sentido de prevenir explosões de extremismo violento coletivo (inéditas no país) como o recente caso de sabotagem de instalações de extração mineira (de capital chinês) em Varela²⁹, parece-nos ser “Sufri. Tessanta kurpu”, reforçado por expressões como “Anós corda di batata”³⁰ ou “Anós raça banana”, que sustentam a resiliência do povo guineense.

A Embaixatriz Ngozi Ukaeje declarou que “a Guiné-Bissau é pacífica, comparativamente com o que se passa nos outros países. Se ainda não temos esses problemas, porque nos preocupar? Parece que estamos a chamar as coisas. Quando mais trouxermos e falarmos desses problemas, mais eles começam a aparecer”³¹, sugerindo que medidas repressivas desproporcionais são passíveis de gerar efeitos contrários, alimentando (ou inspirando) a radicalização e a propensão para ações de extremismo violento.

Ora, continua a “veicular-se a ideia de que o Sul tem problemas e o Norte tem soluções, pressuposto maior da cooperação internacional.”³² O pressuposto da estratégia proposta representa uma inversão desta lógica: constatando que a origem do problema está no Norte, a Guiné-Bissau propõe-se como solução original, oferecendo um caso extremo, mas exemplar, de resiliência, decerto merecedor de estudo.

²⁵ [facebook.com/watch/?ref=search&v=1793407501201575](https://www.facebook.com/watch/?ref=search&v=1793407501201575)

²⁶ odemocratagb.com/?p=52889

²⁷ www.didinho.org/Arquivo/VAMOSPARARDENOSMATARDEUMAVEZPORTODAS.htm

²⁸ [facebook.com/watch/?v=1206764661224298&rdid=QwRGdRQicE6Blyg9](https://www.facebook.com/watch/?v=1206764661224298&rdid=QwRGdRQicE6Blyg9)

²⁹ Relatório Inicial, p. 38.

³⁰ Após a morte do CEMFA Tagma Na Waye, por ocasião do *tchur*, a filha, em nome da família, disse repudiar qualquer vingança, argumentando estarmos todos relacionados numa mesma família.

³¹ Relatório Inicial, p. 65

³² Catarina de Castro Laranjeiro, *Entre as imagens e os espíritos, Encontros com a memória da Guerra de Libertação na Guiné-Bissau*, Universidade de Coimbra, 2018, p. 333.

PLANO DE AÇÃO

A Estratégia Nacional de Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento (PRE-V-GB), ancorada em princípios democráticos, nos direitos humanos e na promoção da paz, é um compromisso nacional para com a segurança, a dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A estratégia assume que a melhor forma de prevenir a radicalização é atacar as suas causas estruturais, promovendo a justiça social, o Estado de Direito, a coesão comunitária, a democracia, a inclusão e a participação cidadã.

O Plano de Ação da Estratégia PREV-GB representa a tradução operativa desta visão, articulando um conjunto de ações concretas, coerentes e coordenadas, a serem implementadas ao longo de um quinquénio. A estratégia articula-se em torno de quatro eixos de intervenção, nos quais se fundamentam as principais soluções propostas.

Mais do que um exercício técnico, este Plano de Ação é uma ferramenta política e social de mobilização nacional, orientada para resultados transformadores: visa consolidar as bases de uma cultura de paz, da justiça e da inclusão, reforçando a resiliência das comunidades face a discursos de ódio, ideologias extremistas e conceção da violência como meio legítimo de resolução de frustrações.

O Plano reconhece, ainda, que o extremismo violento não pode ser combatido apenas com medidas securitárias, mas exige uma abordagem multisectorial, preventiva e centrada na dignidade humana, envolvendo todas as esferas da sociedade: Estado, comunidades, escolas, famílias, líderes tradicionais e religiosos, jovens, mulheres e o sector privado.

A implementação bem-sucedida deste Plano de Ação requer, por isso, vontade e liderança política, compromisso institucional, recursos adequados, mecanismos eficazes de coordenação e monitorização, e o envolvimento ativo da sociedade. A PREV-GB não é apenas uma estratégia de segurança, mas uma estratégia de esperança, que procura devolver às populações, sobretudo aos mais jovens, motivos legítimos para acreditar na paz, na justiça, na ideia de nação e no futuro do país.

Devido à transversalidade, ocorrem inevitavelmente certas redundâncias, com atividades que poderiam ser classificadas em diferentes eixos de intervenção estratégica. O Plano de Ação deve ser encarado como um conjunto, cujas atividades propostas apresentam grande potencial de sinergia entre si, e se estruturam em torno de uma malha territorial de bancadas de cidadania, para lidar com a reconhecida macrocefalia do país, implicando a excessiva centralização de serviços e oportunidades em Bissau.

EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4
Reforço do Estado de Direito	Educação e comunicação estratégica	Envolvimento social e comunitário	Promoção da Inclusão
1.1 Aperfeiçoamento e Empoderamento 1.2 Fortalecimento Institucional 1.3 Cooperação Internacional	2.1 Educação para a Cidadania 2.2 Sensibilização para a Paz 2.3 Comunicação Estratégica	3.1 Diálogo e Prevenção de Conflitos 3.2 Participação da Sociedade Civil	4.1 Empoderamento de jovens 4.2 Igualdade de Género 4.3 Desenvolvimento de competências

EIXO DE INTERVENÇÃO 1 - REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO

A consolidação do Estado de Direito e da governação democrática é um pilar essencial para a prevenção do radicalismo e extremismo violento na Guiné-Bissau. A fragilidade institucional, a impunidade e a ausência de mecanismos eficazes de responsabilização alimentam a desconfiança popular e criam terreno fértil para discursos de ódio e violência. Este eixo visa criar um ambiente institucional que respeite os direitos fundamentais, promova a justiça e a legalidade, e reforce a confiança dos cidadãos nas instituições.

Os objetivos estratégicos deste eixo são os seguintes:

- 1 Reforçar a autoridade e legitimidade das instituições do Estado, assegurando a sua atuação baseada na legalidade, na justiça e no respeito pelos direitos fundamentais;
- 2 Funcionalizar e aprimorar os mecanismos de transparência, prestação de contas e combate à impunidade e à corrupção;
- 3 Promover o acesso à justiça e o fortalecimento da confiança pública nas instituições.

EIXO 1 - REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO	
1.1 Aperfeiçoamento Legal e Empoderamento Judicial	1.1.1 Revisão do quadro legal 1.1.2 Atualização de proposta de Lei para regulação das redes sociais 1.1.3 Financiamento da Consolidação da Provedoria de Justiça 1.1.4 Regulamentação sobre responsabilização de agentes públicos

EFEITO 1.1 - APERFEIÇOAMENTO LEGAL E EMPODERAMENTO JUDICIAL

O aperfeiçoamento do quadro legal visa garantir que a legislação nacional seja consolidada e alinhada com os instrumentos jurídicos internacionais e os princípios do Estado de Direito, tendo em conta a proteção dos direitos humanos e a responsabilização de todos os atores, em especial os estatais, cuja impunidade afeta fortemente a confiança nas instituições. O empoderamento judicial destina-se a formar atores do sector da Justiça para a funcionalização e articulação da legislação existente no quadro PREV.

Atividade 1.1.1 - Revisão do quadro legal

Descrição da Atividade: Realizar uma auditoria legislativa do ordenamento jurídico nacional, com vista a detetar redundâncias e incoerências, propondo reformulações ou simplificações da legislação nacional ao nível dos direitos humanos, liberdades individuais, justiça penal, combate à corrupção e responsabilização de agentes do Estado, entre outros, com propostas na perspetiva de uma revisão constitucional ex-novo.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Assembleia Nacional Popular, Comissão Nacional de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados, Procuradoria-Geral da República, INEP, organizações da sociedade civil, assessoria técnico-jurídica especializada.

Riscos: Resistência política às reformas; fraca adesão institucional; capacidade técnica limitada; dificuldade de financiamento e contratação de assessoria jurídica especializada.

Atividade 1.1.2 - Atualização de proposta de Lei para regulação das redes sociais

Descrição da Atividade: Remodelação de proposta de regulamentação do uso de internet e de plataformas digitais, pela introdução de mecanismos para prevenir e dissuadir a incitação ao ódio, violência e extremismo online, com mecanismos de monitorização, denúncia (previstos pela atividade 2.2.3) e responsabilização, em articulação com a Autoridade Reguladora nacional, operadores digitais e organizações da sociedade civil.

Entidades envolvidas: ARN, Ministério das Comunicações, Ministério da Justiça, Polícia Judiciária, ONGs, assessoria especializada jurídica e informática (cibersegurança).

Riscos: Ameaça à liberdade de expressão por interrupção do serviço; prevenção de repressão abusiva por recurso às novas disposições criadas, à imagem de outros países; dificuldade de fiscalização técnica; baixa adesão de fornecedores de sinal e operadoras.

Atividade 1.1.3 - Financiamento para consolidação da Provedoria de Justiça

Descrição da Atividade: Capacitação técnica em Provedoria, funcionando como contrapeso à ação da PGR, na ótica da fiscalização da respetiva ação / omissão, pelo financiamento de seis estágios académicos de investigação remunerados, de um ano, prolongados por três de dois anos e dois de três anos (oferecendo possibilidade de selecionar sucessivamente os melhores), as finalistas da Faculdade de Direito de Bissau, selecionados através de concurso com regras claras de avaliação, por júri constituído pelas entidades envolvidas, bem como especificações objetivas do conteúdo do relatório final e outros produtos do estágio. Instituição de prémio para o melhor relatório final.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça, PGR, FDB, LGDH, Ordem dos Advogados.

Riscos: Ausência de quadro legal para iniciativa legislativa; falta de vontade política.

Atividade 1.1.4 - Regulamentação sobre responsabilização de agentes públicos

Descrição da Atividade: Fortalecimento do quadro normativo relativo à responsabilização dos agentes públicos por violações dos direitos humanos, com revisão do estatuto funcional (por analogia com o agravamento de responsabilidade dos titulares de cargos políticos), especificação dos limites do dever de obediência e criação de mecanismos de denúncia, fiscalização, sanção e reparação, incluindo acesso à justiça pelas vítimas. Disseminação por guia temático tomando por lema “Os fortes são serenos”³³.

Entidades envolvidas: Ministérios da Justiça e Direitos Humanos e do Interior, Assembleia Nacional Popular, CNDH, LGDH, INACEP.

Riscos: Ausência de quadro legal para iniciativa legislativa; pressão corporativa e resistência das instituições policiais e paramilitares; escassez de dados fiáveis sobre abusos; desconfiança dos cidadãos nos mecanismos de justiça.

EIXO 1 - REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO

1.2 Fortalecimento Institucional

- 1.2.1 Criação de Departamento de Estado para assuntos religiosos
- 1.2.2 Formação de magistrados da Procuradoria-Geral
- 1.2.3 Reforço dos Centros de Acesso à Justiça
- 1.2.4 Monitorização da atuação das forças de defesa e segurança

EFEITO 1.2 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O fortalecimento das instituições públicas é essencial para restaurar a confiança da população no Estado e garantir a sua presença efetiva e equitativa em todo o território. As atividades preveem ações de capacitação e monitorização, propondo medidas concretas que visam o profissionalismo das forças de segurança responsáveis pela aplicação da lei, bem como garantir a transparência, a supervisão e uma responsabilização eficaz, em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos.

Atividade 1.2.1 - Criação de Departamento de Estado para assuntos religiosos

Descrição da Atividade: Institucionalizar estrutura governamental, com sede no Ministério da Justiça, que articule a relação entre Estado e confissões religiosas, através de canais institucionais de diálogo inter-religioso. O principal desafio, desenhado para empoderar o Departamento, será a aplicação criteriosa do orçamento de apoio, à escala territorial, por Comissão de Gestão integrando elementos nomeados por consenso entre lideranças religiosas reconhecidas e representativas; bem como representante do Ministério da Justiça para efeitos de ligação e garantia de cumprimento de normas legais. Os apoios em géneros serão alocados proporcionalmente a todas as confissões religiosas de forma independente da origem da festividade, para fomentar a partilha comemorativa.

³³ Polícia de Segurança Pública, Portugal.

A festa do Tabaski deste ano esteve na origem de forte polémica: depois de o Imam da Mesquita Central e coordenador da Comissão Lunar ter anunciado no dia 4 de junho a data de Sexta-Feira dia 6³⁴, o governo, através de Comunicado³⁵ emitido no dia seguinte dia 5, assinado pelo Gabinete da Ministra da Administração Pública, Reforma Administrativa, Emprego, Formação Profissional e Segurança Social, “considerando que Tabasky é um feriado móvel, impondo, com efeito, ao governo o dever de determinar a data”, marcaria o feriado para o dia seguinte, dia 7 de junho. Tal discrepância deu origem a acusações de ingerência indevida dos políticos no âmbito religioso e levou um imam a considerar que “O Estado pode marcar Feriado, mas não pode obrigar as pessoas a rezar”. Um Estado constitucionalmente laico como a Guiné-Bissau deve evitar imiscuir-se em assuntos religiosos, para evitar legitimar o reverso da medalha. A criação de um Departamento de Estado, especificamente consagrado a estas funções, incluindo o apoio e acompanhamento transparente de romarias e peregrinações, poderá ajudar a reduzir tensões, devendo este primar pela inclusão, mediação e consenso.

Entidades envolvidas: Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos, do Interior e dos Negócios Estrangeiros, Conselhos religiosos representativos.

Riscos: Contestação pública; desconfiança inter e intra comunidades religiosas.

Atividade 1.2.2 - Formação de magistrados da Procuradoria-Geral da República (PGR)

Descrição da Atividade: *Workshop* de formação na funcionalização, por articulação, da legislação existente, no contexto da sua aplicação a uma tipologia de crimes REV.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, LGDH.

Riscos: Legitimidade institucional; resistência corporativa a influência externa.

Atividade 1.2.3 - Reforço dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ)

Descrição da Atividade: Expandir e fortalecer os CAJ em zonas rurais e fronteiriças, com assistência jurídica gratuita, garantia de justiça acessível às populações mais vulneráveis e formação de mediadores locais (em articulação com as redes previstas no presente Plano de Ação) em resolução de conflitos.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça, Ordens dos Advogados, ONGs.

Riscos: Falta de pessoal qualificado; baixa procura por falta de técnicos e de divulgação.

³⁴ angnoticias.blogspot.com/2025/06/religiao-festa-de-carneiro-sera-na.html

³⁵ ditadurasemconsenso.blogspot.com/2025/06/desastre-total-as-datas-nao-batemtudo.html



Atividade 1.2.4 - Monitorização da atuação das forças de defesa e segurança

Descrição da Atividade: Assegurar que as forças de segurança atuam em conformidade com os direitos humanos, através da criação de comissões independentes para investigar denúncias de abuso, com linhas confidenciais e mecanismos de responsabilização. Esta atividade deverá ser coordenada com a atividade 1.1.4.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça, CNDH, Sociedade Civil.

Riscos: Falta de independência ou inércia das estruturas; receio de represálias.

EIXO 1 - REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO	
1.3 Cooperação Internacional	1.3.1 Implementação de parcerias estratégicas 1.3.2 Troca de informações e inteligência 1.3.3 Reforço da cooperação bilateral 1.3.4 Mobilização de apoio técnico e financeiro

EFEITO 1.3 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A prevenção do extremismo violento exige ações coordenadas a nível sub-regional e global. Trata-se de estabelecer e reforçar parcerias técnicas com instituições e países para partilha de inteligência e de experiências, capacitação conjunta e apoio na implementação de ações estratégicas.

Atividade 1.3.1 - Implementação de parcerias estratégicas

Descrição da Atividade: Celebração de acordos com organizações internacionais, centros especializados e ONGs especializadas, para apoio estratégico, através de redes técnicas.

Entidades envolvidas: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Conselho PREV-GB, CEDEAO, ONU, UA, EU, estruturas representativas da Sociedade Civil.

Riscos: Falta de interesse dos parceiros; mudanças geopolíticas e de política externa.

Atividade 1.3.2 - Troca de informações e inteligência

Descrição da Atividade: Integração e participação ativa em redes internacionais de partilha de dados sobre movimentos suspeitos e ameaças extremistas. Trata-se de fortalecer mecanismos de alerta precoce e partilha de dados críticos. Inclui a criação de sistema de acompanhamento de bolsas de estudo, em estreita articulação com as famílias, mantendo o contacto com os jovens no exterior, seguindo o seu percurso académico.

Entidades envolvidas: Serviços de Inteligência e Segurança, Ministérios do Interior e da Educação, Polícia Judiciária, INTERPOL, CEDEAO.

Riscos: Quebra de sigilo; falta de confiança e de colaboração entre parceiros.

Atividade 1.3.3 - Reforço da cooperação bilateral

Descrição da Atividade: Estabelecimento de planos de cooperação em segurança, formação, educação, justiça e contraterrorismo, caso a caso, com países parceiros.

Entidades envolvidas: Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Educação, parceiros bilaterais.

Riscos: Divergência de prioridades; entraves burocráticos.

Atividade 1.3.4 - Mobilização de apoio técnico e financeiro internacional

Descrição da Atividade: Apresentação de portfólios de projetos estruturantes e realização de conferências de doadores para financiamento da PREV-GB, de maneira a garantir recursos para a sua implementação, partilha de resultados e difusão de casos exemplares.

Entidades envolvidas: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério das Finanças, Conselho PREV-GB.

Riscos: Crise financeira global; baixa capacidade de absorção de fundos.



EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Este eixo pretende fomentar uma cultura de paz, cidadania democrática e resiliência contra o radicalismo e o extremismo violento, por meio da educação formal e não formal, da sensibilização cívica e da comunicação estratégica. Reconhece-se que a prevenção eficaz do extremismo violento exige uma transformação profunda de mentalidades e comportamentos, através da literacia crítica, da promoção de valores democráticos, da desconstrução de discursos de ódio e da valorização da diversidade cultural, étnica e religiosa. Envolve, ainda, o combate à desinformação e ao uso abusivo das redes sociais, promovendo uma narrativa identitária de paz, um clima de harmonia e empatia.

Os objetivos estratégicos deste eixo são os seguintes:

1. Integrar nos programas escolares e de formação cívica conteúdos sobre história da Guiné-Bissau, paz, tolerância e diversidade;
2. Desenvolver campanhas públicas de sensibilização sobre os riscos do radicalismo (com análise de casos) e a importância da convivência pacífica;
3. Reforçar a literacia mediática e digital, promovendo o pensamento crítico e a resistência à desinformação e ao discurso de ódio;
4. Criar plataformas de comunicação positiva, inclusiva e orientada à juventude.

EIXO 2 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	
2.1 Educação para a Cidadania	2.1.1 Inclusão de conteúdos identitários no currículo escolar 2.1.2 Capacitar professores em narrativas para a paz 2.1.3 Estimular o mérito pela promoção da igualdade de oportunidades 2.1.4 Formação técnica de agentes do Estado 2.1.5 Experiência piloto na introdução do crioulo na escola

EFEITO 2.1 - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A educação tem um papel central na promoção da cidadania responsável, do pensamento crítico e da valorização da diversidade. Este efeito visa integrar nos sistemas de ensino conteúdos pedagógicos que promovam o respeito pelos direitos humanos, a não-violência e a prevenção do extremismo, desde o ensino básico ao superior. Pretende-se também incentivar uma cultura de meritocracia, fomentando a igualdade de oportunidades (com especial incidência no género). Pretende-se formar cidadãos conscientes, empáticos e críticos, capazes de resistir a narrativas radicais e de promover uma convivência pacífica, tomando por referência a pedagogia de Paulo Freire e sua experiência na Guiné-Bissau.

Atividade 2.1.1 - Inclusão de conteúdos identitários no currículo escolar

Descrição da Atividade: Rever os currículos escolares em todos os níveis de ensino, pelo apoio aos manuais para incluir conteúdos contextualizados sobre cidadania democrática, diversidade religiosa e cultural, tolerância, não-violência, igualdade de gé-

nero, recorrendo a tradições locais e narrativas baseadas em episódios da história e geografia nacionais. A atividade visa empoderar a identidade patriótica, o orgulho na *guineendadi* e desenvolver o espírito crítico, a empatia e a resistência a discursos de ódio desde a infância. Publicação sucessiva de manuais oficiais para os três ciclos de ensino (a disponibilizar a preços simbólicos) graças à sua generalização e ao aproveitamento de economias de escala.

Entidades envolvidas: Ministério da Educação, INDE, INEP, Direção Nacional do Ensino Básico e Secundário, SINAPROF, parceiros (UNESCO, UNICEF), e sociedade civil.

Riscos: Resistência à mudança curricular; falta recursos didáticos e de consenso político.

Atividade 2.1.2 - Capacitar professores em narrativas para a paz

Descrição da Atividade: Em estreita articulação com a atividade anterior, promover programas de formação contínua e presencial para docentes, com foco em metodologias participativas, pedagogia da empatia e da problematização de Paulo Freire, aberta à diversidade étnica, cultural e religiosa.

Entidades envolvidas: Ministérios da Educação e da Justiça, escolas de formação de professores, ONGs de educação, Fundação Paulo Freire.

Riscos: Alta rotatividade docente; falta de continuidade; escassez de formadores qualificados; dificuldades logísticas nas zonas rurais.

Atividade 2.1.3 - Estimular o mérito pela promoção da igualdade de oportunidades

Descrição da Atividade: Promover o mérito na escola, através da instituição de exames nacionais entre os três ciclos académicos (incluindo conteúdos relacionados com cidadania e pertença), anonimizados, com critérios precisos e bem definidos a padronizar em regulamento próprio, com correção centralizada e revisão aleatória. Instituir *mix* de prémios não monetários (em livros, material informático como tablets, despesas de telecomunicações como megas de acesso à internet, isenção de propinas) para os melhores classificados masculino e feminino, ao nível sectorial, regional e nacional.

Entidades envolvidas: Ministério da Educação, escolas de formação de professores, escolas públicas e privadas, INEP, ONGs, UNICEF.

Riscos: Dificuldades de padronização, divulgação e implementação; equipa pedagógica.

Atividade 2.1.4 - Formação técnica de agentes do Estado

Descrição da Atividade: Desenvolver módulos de formação contínua para magistrados, forças de segurança, guardas prisionais e funcionários da administração sobre os princípios de direitos humanos, justiça social e PREV, incluindo a distribuição de guia temático, em parceria com os centros de formação (CENFOJ, Escola da Polícia). A atividade visa garantir uma abordagem institucional baseada na legalidade, na empatia e na proporcionalidade, a desenvolver em articulação com as atividades 1.1.4 e 1.2.4.

Entidades envolvidas: Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Ministério do Interior, Ministério da Defesa, CENFOJ, Serviços Penitenciários, ONGs de Direitos Humanos.

Riscos: Resistência institucional à mudança; rotatividade elevada; fraca articulação interministerial; falta de formadores qualificados.

Atividade 2.1.5 - Experiência pedagógica de introdução do crioulo no primeiro ciclo

Descrição da Atividade: Apoio técnico e financeiro para a constituição de cooperativa escolar de professores experientes e qualificados (especificamente formados em pedagogia crítica e metodologia de problematização de Paulo Freire, atividade 2.1.2), com adaptação e elaboração de conteúdos pedagógicos em crioulo conectados à história, geografia, vida quotidiana e tradições nacionais, incluindo manuais e testes de avaliação, (em articulação com a atividade 2.1.1). Ensino redundante da Matemática em quatro línguas: português (primeiro contacto com a língua através dos números), crioulo, mandinga e fula³⁶. Implementação da aprendizagem partilhada de língua étnica entre crianças, cooperantes deverão instruir proposta, a qual providenciará terreno (negociando a sua cedência com autoridades camarárias ou tradicionais), sendo a construção financiada (sinergias com a atividade 3.1.2), ficando obrigados a partilhar pública e regularmente, em blogue, página internet ou perfil nas redes sociais (especialmente criados para o efeito), com atualização infra-mensal, o desenvolvimento dos trabalhos, com autocritica e realce dos resultados positivos, bem como à produção de relatório final (incluindo resultados no exame nacional).

Entidades envolvidas: Ministério da Educação, Fundação Paulo Freire, UNICEF, IMVF, parceiros de cooperação bilateral, nomeadamente Escolas Superiores de Educação de Institutos Politécnicos portugueses.

Riscos: Não adesão de encarregados de educação; fixação gramatical do crioulo.

EIXO 2 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

2.2 Sensibilização para a Paz

- 2.2.1 Campanha Cultural pela Tolerância e Inclusão
- 2.2.2 Programas extra-escolares produtivos e inclusivos
- 2.2.3 Campanha de aprendizagem partilhada de línguas étnicas
- 2.2.4 Campanha de estímulo da literacia analógica e digital

EFEITO 2.2 - SENSIBILIZAÇÃO PARA A PAZ

A sensibilização pública é fundamental para consolidar os valores da tolerância, inclusão e coesão social. Este efeito tem como objetivo promover, através de campanhas, programas comunitários e eventos educativos, a consciencialização coletiva sobre os riscos da radicalização e os benefícios da convivência pacífica. As ações centram-se especialmente nos jovens, nos meios populares e nas regiões mais vulneráveis à vio-

³⁶ Línguas que adotaram o sistema numérico árabe decimal antes dos europeus, enformando um *melting pot* cultural multissecular de Islão do chão, cujas confrarias, como a tidjania, são bastante mais antigas que, por exemplo, a wahabita, hegemónica na Arábia Saudita, como lembra líder religioso.

lência ou exclusão, promovendo mensagens positivas, o empoderamento comunitário e o protagonismo juvenil, a prevenção da violência e a valorização da diversidade.

Atividade 2.2.1 - Campanha Cultural pela Tolerância e Inclusão

Descrição da Atividade: Campanha de animação para promoção da tolerância, rejeição da exclusão e do discurso do ódio, com foco em jovens urbanos e públicos escolares, através de uma dinâmica de estímulo à produção de conteúdos, incluindo a criação de prêmios “apresentador/a de rádio comunitária do ano”, “apresentador/a TV do ano”, “artista de teatro do ano”, “artista/grupo musical do ano”. Através de valências culturais implementadas por animadores/as tais como cine-clubes³⁷, no âmbito das bancadas de cidadania (atividade 3.1.2), estimular o debate público e fóruns locais (*djumbai*), incentivando o envolvimento de artistas, desportistas e influenciadores, e respetiva partilha pelas redes sociais (para além de no portal internet PREV). Protocolo com TV Klelé, para prestação de serviços de captação de imagem e/ou reportagem, por avença mensal, no âmbito de produção de conteúdos para a Central de Inteligência e Portal PREV.

Entidades envolvidas: Ministério da Cultura, Juventude e Comunicação, Direção Nacional da Comunicação Social, RENARC, redes juvenis, TGB, TV Klelé, ONGs culturais, parceiros multilaterais (UNESCO, UE).

Riscos: Reação conservadora; falta de animadores qualificados e de assistência técnica.

Atividade 2.2.2 - Desenvolver programas extra-escolares produtivos e inclusivos

Descrição da Atividade: Com base na experiência histórica precursora de “trabalho produtivo”, implementar programa de *kits* de ferramentas (negociação por grosso para maximizar perceção de valor) para apoio a iniciativas locais (no âmbito da revitalização dos Comités de Tabanca e de Bairro) de hortas e cozinhas comunitárias, de forma a desenvolver de forma prática e útil o espírito de iniciativa e de liderança juvenil, com prioridade para envolver jovens expostos/as ou fora do sistema escolar, em práticas positivas de valorização pessoal e comunitária, pela exploração dos recursos endógenos. Acesso a *kit* de cozinha (preferência por tachos em alumínio reciclado de produção nacional) e fogão comunitário melhorado em caso de sucesso comprovado na utilização do *kit* de horticultura. Instituição de prémio para a melhor “horta” (solução de irrigação) e melhor “cozinha” comunitária do ano (construção de forno comunitário), ao nível regional. A dinâmica produtiva comunitária deverá libertar excedentes (a comercializar no âmbito da atividade 4.3.3), realizar economias de escala, enriquecendo a comunidade pela economia circular e estimulando a partilha, reforçando assim a ideia identitária de abundância suficiente da terra para alimentar fartamente todas as suas gentes, sem necessidade de excluir ninguém, honrando o tempo da gloriosa luta de libertação nacional, quando a escassez das cozinhas coletivas improvisadas não impedia que se convidassem quaisquer pessoas recém-chegadas ou de passagem: “bim, nô kumé”.

³⁷ Cada animador/a estará equipado/a com *kit* incluindo *router* para disponibilização de ponto *Wifi*, projetor com écran, acoplados a solução de alimentação por energia solar.

Entidades envolvidas: Ministério da Juventude e da Agricultura, Associações juvenis; ONG Acção para o Desenvolvimento (AD); Autoridades tradicionais.

Riscos: Continuidade do financiamento; dinâmica prevenindo desmobilização juvenil.

Atividade 2.2.3 - Campanha de aprendizagem partilhada de línguas étnicas

Descrição da Atividade: Favorecer uma cultura poliglota e cosmopolita, pela introdução de componente programática de 2 horas por semana de aprendizagem partilhada (entre crianças, que ensinam umas às outras, num contexto pedagógico de alfabetização fonética) de línguas étnicas (incluindo a contar), no primeiro ciclo do ensino primário. Serão criadas linhas de apoio telefónico gratuitas com professores fluentes em crioulo e na língua étnica, para tira-teimas (esclarecimento de dúvidas) nas 12 principais línguas nacionais: fula, balanta, mandinga, pepel, manjaco, mancanha, felupe, bijagó, beafada, nalu, susso, saracolé.

Entidades envolvidas: Ministérios da Educação e da Cultura, Juventude e Comunicação, parceiros internacionais (UNDP, UNICEF, UNESCO).

Riscos: Resistência corporativa de professores/as; atrasos no cumprimento do programa.

Atividade 2.2.4 - Campanha de estímulo da literacia analógica, digital e numérica

Descrição da Atividade: Favorecer uma cultura de literacia funcional, tanto em formato físico, pela operacionalização de uma frota de 10 moto-táxis adaptados correspondentes a 9 bibliotecas itinerantes (ao nível regional mais SAB), como ao nível informático, em articulação com animadores/as (atividade 2.3.3) das bancadas de soberania (atividade 3.1.2). Divulgar o fundo comum (só para consulta) disponível em todos os biblio-táxis (aquisição junto de editoras com negociação de desconto de quantidade) em página dedicada no Portal PREV; o fundo circulante (que deverá rodar entre biblio-táxis, para maximizar a diversidade), resultará de ofertas e doações de livros (escolares limitados à Matemática) e revistas conseguidas de forma bilateral em Portugal e no Brasil (graças a campanha de relações públicas e angariação), sendo passível de empréstimo rotativo (por pequenos lotes) a cada passagem semanal na bancada de cidadania (10 às 16h), para fomentar o espírito de troca e partilha de leituras. Fomentar a aprendizagem da Matemática, através de Concursos

Entidades envolvidas: Ministérios da Educação e da Cultura, Juventude e Comunicação, parceiros internacionais (UNDP, UNICEF, UNESCO), IMVF, Instituto Camões.

Riscos: Necessidade de alfabetização; alta taxa de extravio.

EIXO 2 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

2.3 Comunicação Estratégica	<p>2.3.1 Criação de plataforma nacional de sinalização</p> <p>2.3.2 Formação de influenciadores/as em verificação de factos e contranarrativas</p> <p>2.3.3 Formação de animadores/as para a cidadania</p> <p>2.3.4 Instituição de prémio nacional de comunicação pela paz</p>
------------------------------------	--

EFEITO 2.3 - COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Num contexto de digitalização acelerada, as redes sociais e os meios de comunicação desempenham um papel ambivalente: podem consolidar a paz ou disseminar discursos de ódio e extremismo. Este efeito visa reforçar as capacidades nacionais de comunicação estratégica, melhorar a literacia digital e combater a desinformação e as narrativas extremistas. Pretende-se apoiar a criação de contra-narrativas positivas, baseadas em factos, valores democráticos e diversidade cultural.

Atividade 2.3.1 - Criação de plataforma nacional de sinalização

Descrição da Atividade: Em parceria com jornalistas, bloguistas, ativistas, *watch-dogs* e *fact-checkers*, elaboração de plataforma informática nacional de sinalização de casos, com capacidade para assinalar (incluindo pela receção de denúncia por canais anónimos) e tipificar desinformação, discursos radicalizantes e apelos ao ódio, funcionando como *input* para a Central de Inteligência PREV (atividade 3.2.1), em articulação com outras atividades relacionadas (em especial as atividades 2.2.1 e 3.1.2).

Entidades envolvidas: ARN, Ministérios da Justiça e da Comunicação, SINJOTECS, Ordem dos Jornalistas, PGR, Polícia Judiciária, Sociedade Civil, parceiros internacionais.

Riscos: Conflito segurança / liberdade de expressão.

Atividade 2.3.2 - Formação de influenciadores/as em *fact-checking* e contranarrativas

Descrição da Atividade: Em articulação com a atividade anterior, reforçar a ética jornalística e a responsabilidade comunicacional na era digital, através de formação especializada sobre verificação de factos, construção de contra-narrativas e combate à desinformação. Trata-se de empoderar profissionais dos media e influenciadores/as digitais como aliados na prevenção do extremismo.

Entidades envolvidas: Ministério da Cultura, Juventude e Comunicação, SINJOTECS, AMPROCS, Ordem dos Jornalistas, CMICS, plataformas digitais, parceiros internacionais.

Riscos: Baixa adesão de profissionais; dificuldades em manter independência editorial.

Atividade 2.3.3 - Seleção e formação de animadores/as para a cidadania

Descrição da Atividade: Promover ações de formação de animadores/as de sector no âmbito da presente Estratégia e Plano de Ação, ao nível regional, garantindo a sua capacitação para gerirem localmente a respetiva Bancada de Cidadania (atividade 3.1.2)

no espírito da campanha cultural pela tolerância e inclusão (atividade 2.2.1). O esforço de formação contínua deverá ser complementado pela criação de plataforma dedicada à partilha de experiências e boas práticas, no âmbito do Portal internet associado à Central de Inteligência PREV (atividade 3.2.1), bem como pela instituição do prémio “animador/a do ano”.

Entidades envolvidas: INEP, IMVF, instituições de ensino superior de animação socio-cultural no âmbito da cooperação bilateral, Fundação Paulo Freire.

Riscos: Dificuldade de seleção local; motivação; permanência ao longo do quinquénio.

Atividade 2.3.4 - Instituição de prémio nacional de comunicação pela paz

Descrição da Atividade: Estabelecer um prémio nacional anual, com júri multisectorial, para distinguir iniciativas inovadoras e impactantes de promoção da identidade nacional associada à paz, tolerância, diversidade e combate ao extremismo violento, através da comunicação social e redes, para estimular talentos criativos e ampliar a visibilidade de práticas transformadoras, através da realização de cerimónia ou gala de premiação.

Entidades envolvidas: Ministérios da Cultura, Direção da Comunicação Social e da Juventude, parceiros multilaterais (UE, UNFPA, UNESCO).

Riscos: Baixa adesão; critérios pouco objetivos; falta de visibilidade e de impacto.



EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

Na Guiné-Bissau, país marcado pela diversidade étnica, cultural e religiosa, o envolvimento ativo da sociedade civil e das comunidades locais assume um papel estratégico na promoção da paz e da estabilidade, para prevenir o radicalismo e o extremismo violento. Este eixo visa reforçar o capital social a partir do reconhecimento do valor da identidade nacional, do sincretismo religioso, do respeito pelos rituais tradicionais e da experiência histórica de convivência entre diferentes confissões e etnias, criando espaços de diálogo, capazes de dirimir tensões. e manter as comunidades alerta e mobilizadas para a identificação precoce e sinalização de tendências de radicalização.

Os objetivos estratégicos deste eixo são os seguintes:

1. fortalecer a participação de organizações da sociedade civil, líderes comunitários, religiosos e tradicionais na prevenção de conflitos e na promoção da coesão social;
2. apoiar iniciativas de base comunitária que promovam o diálogo intercultural e intergeracional, a inclusão e a resolução pacífica de disputas;
3. estabelecer mecanismos permanentes de escuta ativa e alerta precoce nas comunidades para prevenir sinais de radicalização.

EIXO 3 - ENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

3.1 Diálogo e Prevenção de Conflitos

- 3.1.1 Criação de Fórum Nacional Inter-religioso
- 3.1.2 Criação de rede de bancadas de cidadania
- 3.1.3 Incentivo a projetos de voluntariado juvenil

EFEITO 3.1 - DIÁLOGO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS

O fortalecimento do diálogo e da cultura de paz representa uma das respostas mais eficazes e sustentáveis para prevenir a radicalização e o extremismo violento. Na Guiné-Bissau, onde coexistem diversas identidades religiosas, étnicas e culturais, é essencial promover o entendimento mútuo e o respeito pela diversidade como pilares da coesão social. Este efeito visa criar espaços institucionais e comunitários para o diálogo construtivo e inclusivo, permitindo a resolução de conflitos de forma pacífica, a valorização do pluralismo e o fortalecimento das relações entre o Estado e as confissões religiosas. A consolidação de mecanismos de diálogo entre comunidades e instituições é também fundamental para prevenir tensões e mitigar vulnerabilidades sociais e políticas que alimentam o extremismo.

Atividade 3.1.1 - Criação de Fórum Nacional Inter-religioso

Descrição da Atividade: Com o objetivo de promover a tolerância, prevenir conflitos com base na religião e reforçar a colaboração entre comunidades e instituições será criado, numa base legal, o Fórum Nacional Inter-religioso, o qual deverá atuar em conselho anual do Departamento de Estado previsto pela atividade 1.2.1. Através deste espaço, pretende-se institucionalizar o intercâmbio inter-religioso como instrumento de paz, de defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos. Esta atividade

visa promover a cultura do diálogo e a mediação de conflitos, como ferramentas de resistência ao extremismo violento, e inclui a criação de uma célula de crise, a reunir extraordinariamente sempre que necessário. Para além de uma atuação no sentido de promover a partilha inter-religiosa das datas festivas, deverá ainda atuar como respos- ta credível na refutação de discursos do ódio e de intolerância religiosa, num esforço de sincretismo e ecumenismo.

Entidades envolvidas: Departamento de Estado para Assuntos Religiosos, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Organizações Religiosas (islâmicas, católicas, pro- testantes, animistas), organizações da sociedade civil de cariz religioso.

Riscos: Resistência de facções conservadoras; falta de consenso entre confissões re- ligiosas; politização do Fórum.

Atividade 3.1.2 - Criação de rede de bancadas de cidadania

Descrição da Atividade: Criação inicial de rede de 50 bancadas de cidadania, oferecen- do acesso gratuito à internet, à escala de todo o território (por cada um dos 36 secto- res, mais 14 no SAB), em ambiente coberto *djemberém* tradicional (cobertura de colmo prevê substituição de dois em dois anos e querentins todos os anos), com assentos de artesanal local. Ponto de encontro para pessoas de diferentes origens culturais, religio- sas e étnicas, permitirá criar laços de confiança, mitigar preconceitos e promover o res- peito pela diferença. Deverão ser promovidos *djumbais* regulares com a participação de líderes juvenis, femininos, tradicionais e religiosos, para valorização das práticas de coexistência pacífica enraizadas na Guiné-Bissau, podendo servir como instrumento de mediação de conflitos. A dinâmica desta atividade, está conectada, entre outras, com a atividade 2.2.1, cujos animadores deverão enquadrar e assegurar a logística das ban- cadas de cidadania, apoiando a literacia digital, devendo-se, sempre que possível, re- correr à capacitação de mediadores locais. Extensão progressiva até um máximo de 100 bancadas, por iniciativa de Comitês de Tabanca criados para o efeito (incentivo à ativi- dade 3.2.2), otimizando a rede e as distâncias médias aos pontos de acesso à internet.

Entidades envolvidas: Ministério da Administração Territorial, OSCs comunitárias, Lí- deres religiosos e tradicionais, ARN, Operadoras de Telecomunicações, Ministério da Comunicação.

Riscos: Fragilidade logística e falta de continuidade; fraca sistematização dos resultados.

Atividade 3.1.3 - Incentivo a projetos de voluntariado juvenil

Descrição da Atividade: Como complemento à atividade anterior, o apoio logístico a microprojetos de voluntariado para ações de interesse comunitário (como limpeza, re- ciclagem, queima de lixo, pequenos reparos na estrada, consolidação de diques ou outros arranjos de drenagem, oferta de serviços sociais) de âmbito local, resultando da iniciativa de lideranças juvenis (com o apoio do respetivo Comité de Tabanca ou Bairro), proporcionará um espaço seguro para jovens desenvolverem competências de diálogo, liderança cívica e participação social. Quanto maior a utilidade social e a vi- sibilidade de tal voluntariado, maior será o reconhecimento, empoderando os jovens para se tornarem referências positivas para os seus pares. Estas atividades poderão assumir papel ativo na monitorização de vulnerabilidades locais, no âmbito do Obser-

vatório PREV a criar, na sinalização de discursos antipatrióticos de intolerância e exclusão, e na dinamização de atividades de sensibilização comunitária.

Entidades envolvidas: Ministérios da Educação, Instituto da Juventude, redes juvenis, Associações representativas das mulheres, UNICEF.

Riscos: Fraca adesão de jovens; risco de apropriação política.

EIXO 3 - ENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

3.2 Participação da Sociedade Civil

- 3.2.1 Instituição da Central de Inteligência PREV
- 3.2.2 Revitalização em rede de Comitês de Tabanca e de Bairro
- 3.2.3 Glocalização comunitária

EFEITO 3.2 - PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A prevenção do extremismo violento só será eficaz se for profundamente enraizada no tecido social. Este efeito reconhece o papel essencial da sociedade civil, das comunidades locais e dos seus líderes na construção de resiliência comunitária, na identificação precoce de sinais de radicalização e na mediação de conflitos. O objetivo é promover abordagens participativas e descentralizadas, em que as organizações da sociedade civil, os comitês de bairro, os líderes tradicionais e religiosos se tornem protagonistas da paz e da segurança comunitária. Através do reforço de estruturas locais, será possível prevenir e confinar ameaças, antes que se manifestem de forma violenta.

Atividade 3.2.1 - Instituição da Central de Inteligência PREV

Descrição da Atividade: Reversão do Observatório da Paz “Nó Kudji Paz” num *think tank* nacional especializado em análise de riscos sociais e monitorização de discursos de ódio, especialmente nos meios de comunicação e redes sociais, cujo objetivo é identificar tendências preocupantes, promover contranarrativas e apoiar a formulação de políticas públicas de prevenção. O discurso de ódio, quando não monitorado e combatido, alimenta a intolerância e legitima a violência. A nova estrutura produzirá estatísticas e estudos regulares, sobre tendências de intolerância, discurso de ódio e riscos de radicalização, acionando os mecanismos de resposta estratégica, emitindo recomendações para políticas públicas, para além de promover uma cultura de tolerância e inclusão com base na pesquisa e no conhecimento. Inclui criação de prémio anual de dois milhões de francos para historiadores e teólogos que destaquem valores de tolerância e democracia, em como reforço da componente de investigação aplicada no INEP e noutras instituições académicas nacionais. Comporta ainda a criação de um portal internet, o qual permitirá acompanhar e divulgar em rede as atividades promovidas, de forma integrada e à escala nacional, em articulação com as restantes atividades do presente Plano de Ação.

Entidades envolvidas: INEP, LGDH, Universidades, Departamento de Estado para os Assuntos Religiosos, UNESCO, PNUD, ARN, Operadoras de Telecomunicações, Ministério da Comunicação.

Riscos: Politização dos conteúdos; acesso limitado a dados e fontes fidedignas.

Atividade 3.2.2 - Revitalização em rede de Comitês de Tabanca e de Bairro

Descrição da Atividade: Os Comitês de Tabanca são estruturas de poder popular implementadas por Amílcar Cabral, com quota mínima feminina de 40% (pelo menos dois dos cinco elementos). O novo Estado da Guiné-Bissau tentou dar continuidade ao modelo de poder político de base revolucionária implementado nas zonas libertadas, mas do ponto de vista da percepção popular, o estabelecimento administrativo de comitês de tabanca, que se estenderam a todo o país após a independência, teve o efeito contrário daquilo que se esperava, pois estes foram marginalizados na base da pirâmide política e tornaram-se, para Havik & Forrest, testemunho do incumprimento da promessa de efetivar o poder popular³⁸. Segundo estes dois especialistas, o afastamento em grande escala das autoridades tradicionais após a independência, sobretudo dos chefes ou régulos nomeados sob o domínio colonial, criou um vazio ao nível do poder local. Perante o desafio persistente da (falta de) implementação da Constituição a esse nível, a revitalização da base permitirá reforçar a coesão social e a participação democrática. O objetivo é rentabilizar a dinâmica PREV para mobilizar as comunidades para a discussão de assuntos de interesse local, reforçando o seu papel na gestão de conflitos, alerta precoce, manutenção da paz e resiliência democrática, em articulação com os serviços do Estado, reciclando estruturas ancoradas na tradição nacional, fóruns que podem servir de embrião para a implementação de futuras assembleias municipais.

Entidades envolvidas: Ministérios da Administração Territorial e do Interior, Autoridades Tradicionais, Autoridades Regionais, OSCs locais, PNUD.

Riscos: Instrumentalização política dos comitês; conflitos de legitimidade entre autoridades tradicionais e líderes democráticos; limitações logísticas nas zonas rurais.

Atividade 3.2.3 - Glocalização comunitária

Descrição da Atividade: Em estreita articulação com a atividade anterior, estabelecimento de redes comunitárias de promoção identitária à escala territorial, para apresentação global, incluindo georeferenciação de polos de atração, documentação da bio e etnodiversidade, promoção do turismo de tabanca, identificação das necessidades e vulnerabilidades (incluindo no reporte de sinais de radicalização), promoção de negócios, de atividades culturais e desportivas, entre outras atividades de interesse local (como a dinamização de atividades de educação para a paz), através da instituição de prémios anuais nacionais “Tabanca do Ano”.

Entidades envolvidas: Ministérios da Administração Territorial, da Comunicação, do Ambiente e do Turismo, Comitês de Tabanca, associações locais de mulheres e jovens, IBAP, ARN.

Riscos: Dificuldades de articulação interministeriais; adesão da juventude e população.

³⁸ Havik, Philip & Forrest, Joshua, Disjunções Estado-Sociedade, in *Vozes do Povo*, obra citada.

EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A inclusão social e económica constitui uma das chaves mais robustas e sustentáveis para a prevenção do radicalismo e do extremismo violento. A ausência de oportunidades, a marginalização, o desemprego juvenil e as desigualdades de género funcionam como fatores de risco, se não mesmo gatilhos, que facilitam a manipulação ideológica e o recrutamento por parte de grupos radicais.

Reconhecendo que, para prevenir de forma sustentável o extremismo violento, é necessário adotar políticas inclusivas que promovam justiça social, equidade e coesão, a Estratégia PREV-GB procura garantir, através da igualdade de oportunidades, que ninguém fica para trás (sobretudo lideranças e os mais aptos a tornarem-se úteis à sociedade), promovendo uma sociedade mais justa, resiliente e inclusiva, onde todos - em especial os mais vulneráveis - tenham motivos e meios para rejeitar a violência e escolher o caminho da convivência pacífica, da dignidade e do desenvolvimento. Sociedades mais justas e inclusivas são menos permeáveis ao extremismo violento.

Este eixo propõe-se, assim, a enfrentar as causas estruturais da vulnerabilidade social, assentando em três efeitos principais que se complementam e reforçam mutuamente: empoderamento de jovens, de mulheres, desenvolvimento de competências úteis e adequadas para a empregabilidade ou o empreendedorismo, lutando contra o “stress da Europa”, a falta de perspetivas de vida digna e a desesperança.

Os objetivos estratégicos deste eixo são os seguintes:

1. promover o empoderamento económico e social da juventude e das mulheres;
2. aumentar a perceção de empregabilidade ou da oportunidade de lançar negócio;
3. Valorização cultural do trabalho e empreendedorismo como fonte de rendimentos.

EIXO 4 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

4.1 Empoderamento de Jovens

- 4.1.1 Programas de formação e de empreendedorismo
- 4.1.2 Política de fomento do empreendedorismo
- 4.1.3 Programa nacional de bolsas de estudo por mérito

EFEITO 4.1 - EMPODERAMENTO DE JOVENS

Os jovens, que representam a maioria da população guineense, são duramente afetados pela exclusão. A intensidade de tal sentimento e a ausência de perspetivas de vida digna, ou sequer viável, levadas ao extremo, torna-se potencialmente estigmatizante, expondo os mais vulneráveis a uma espiral de radicalização que corre o risco de se tornar irreversível. A Estratégia PREV-GB propõe-se atuar ao nível do imaginário coletivo, através da divulgação de casos de sucesso, de uma apropriação cultural virada para a vida prática e os desafios reais e atuantes que enfrenta a juventude, reconhecendo seus legítimos anseios, necessidades e potencialidades, contribuindo assim para neutralizar narrativas extremistas. Trata-se de contrariar os fatores que alimentam o sentimento de exclusão, como a falta de perspectivas de emprego, ausência de representação e erosão de confiança nas instituições e no sistema político.

Este efeito visa adotar medidas holísticas que criem condições para que os jovens - alvo apetecível de recrutamento por redes extremistas - encontrem caminhos alternativos de realização pessoal e profissional, através de oportunidades económicas, educativas e culturais inclusivas. Trata-se de construir resiliência juvenil com base na inclusão e reconhecimento do mérito, no contexto de uma narrativa de empoderamento identitário.

Atividade 4.1.1 - Programas de formação técnico-profissional e de empreendedorismo

Descrição da Atividade: Com base na dinâmica de formação à distância da atividade 4.3.1, desenvolver programas pontuais de aperfeiçoamento, através de formação presencial técnica e profissional para jovens, com foco em áreas de elevado potencial económico e apetência juvenil, nomeadamente informática, energias renováveis, indústria (mineira, ligeira, criativa), agricultura sustentável, turismo, em parceria com centros de formação e empresas locais, adaptados às condições do mercado de trabalho e estádio de desenvolvimento nacional, associadas a formação em empreendedorismo, economia básica, contabilidade e gestão.

Entidades envolvidas: Ministérios da Juventude e da Educação, Formação e Ensino Superior, MAPTESS, redes juvenis, Escola Artes e Ofícios AD, Institutos Politécnicos, Câmara Comércio, Associações de ramo.

Riscos: Falta de formadores qualificados e motivados; fraca adesão de empregadores.

Atividade 4.1.2 - Política de fomento do empreendedorismo

Descrição da Atividade: Em estreita articulação com a atividade anterior, desenvolver dinâmica de empreendedorismo, com apoio técnico e mentorias, através de política de incentivos fiscais e do financiamento de instituição para-bancária dedicada a linhas de microcrédito para jovens empreendedores/as, associada a um fundo de capital de risco, destinado à criação de incubadoras de negócios. Instituição de prémio (com critérios qualitativos e não quantitativos) “micro-empresário/a do mês”, garantindo visibilidade a boas práticas e casos de sucesso, alimentando o imaginário popular, a apropriação de uma cultura de negócios, a valorização social da figura de empresário/a, incentivando a autonomia pessoal e a vocação empresarial entre jovens, com foco especial na inclusão, religiosa, étnico-cultural, regional, de género e de pessoas com deficiência.

Entidades envolvidas: Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, Ministérios da Economia e Finanças, Juventude, da Educação, Formação e Ensino Superior, Direção Geral de Alfândegas, Organizações juvenis, Câmara de Comércio, Associação de Comerciantes de ramo de negócios.

Riscos: Falta de vontade política, deficiente articulação interministerial, dificuldade de recuperação de crédito por falta de garantias, escassez de mentores especializados.

Atividade 4.1.3 - Programa nacional de bolsas de estudo por mérito

Descrição da Atividade: Lançar um sistema de bolsas de estudo nacionais e internacionais por mérito (com base nos exames nacionais previstos pela atividade 2.1.3),

com critérios transparentes e mecanismos de inclusão de jovens economicamente desfavorecidos/as, com foco especial em pessoas com deficiência e/ou provenientes de zonas rurais e periféricas, através do estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de ensino profissional nacionais e internacionais (no contexto da cooperação bilateral prevista pela atividade 1.3.3) para garantir vagas reservadas. Criar um sistema de acompanhamento contínuo dos bolseiros para prevenir abandono escolar e facilitar a reintegração na comunidade de origem (em articulação com atividade 1.3.2). Promover a igualdade de oportunidades e reduzir desigualdades no acesso ao ensino superior, combatendo a exclusão e os fatores de vulnerabilidade psicossocial.

Entidades envolvidas: Ministérios Cultura, Juventude e da Educação, Formação e Ensino Superior, dos Negócios Estrangeiros, RENAJ, Institutos Politécnicos nacionais e internacionais, Cooperação Portuguesa.

Riscos: Distorção dos critérios de atribuição por favoritismos ou clientelismo; descontinuidade do financiamento; desvalorização de cursos por falta de reconhecimento profissional no país.

EIXO 4 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO	
4.2 Empoderamento das mulheres	4.2.1 Lançar Rede de Cooperativas de Mulheres para acesso a recursos 4.2.2 Estimular o empreendedorismo feminino 4.2.3 Campanha de estigmatização da violência de género

EFEITO 4.2 - EMPODERAMENTO DAS MULHERES

As mulheres são particularmente afetadas pelos efeitos do clima REV: exclusão, violência baseada no género, privação de direitos fundamentais. A estratégia integra a perspetiva de género como transversal, propondo medidas concretas para a valorização do papel das mulheres, reconhecendo que estas, como mães e como irmãs, são simultaneamente vítimas e agentes transformadoras, capazes de refrear impulsos extremistas e fazer pender a balança da violência a favor da paz.

Este efeito procura fortalecer a autonomia das mulheres e raparigas, assegurando o seu acesso equitativo aos recursos, às oportunidades e à participação nos processos de decisão, promovendo o seu papel como agentes de resiliência comunitária. Trata-se de apoiar iniciativas de cooperativismo e de empreendedorismo feminino, promovendo lideranças exemplares envolvidas na gestão de nichos de desenvolvimento sustentável.

Atividade 4.2.1 - Lançar Rede de Cooperativas de Mulheres para acesso a recursos

Descrição da Atividade: Fomentar a criação de cooperativas de mulheres por meio de apoio técnico, administrativo, jurídico, institucional e financeiro, a disponibilizar através de plataforma internet, no âmbito de uma rede nacional para partilha de experiências relevantes, reflexão sobre boas práticas, discussão estratégica e defesa dos seus interesses. Estas cooperativas poderão tomar como fonte de inspiração o caso exemplar da pensão Raça Banana³⁹, com duas valências: acolhimento de vítimas de violência do-

³⁹ freresdeshommes.org/wp-content/uploads/2020/06/guinee-bissaufemmes.pdf

méstica ou fugidas ao casamento forçado (valência social a ser financiada); turismo de tabanca. Lançada pela Associação de Mulheres em leberém, chegou a criar polos em Cabedu e São Domingos / Varela. Atuava também, por exemplo, através de compras agrupadas em Bissau, para prevenir a especulação de preços de primeira necessidade por parte de comerciantes. Incentivar o sentimento de que juntar cabeças e capitais reforça a sua resiliência, aumenta o seu poder negocial e reivindicativo, para permitir o acesso à terra para cultivo em hortas coletivas (com soluções ao nível da irrigação), como garantia mútua para obtenção de crédito para capital circulante, entre outras atividades. Instituir prémio monetário anual para a “Cooperativa feminina do ano”.

Entidades envolvidas: Ministérios da Administração Territorial, da Mulher, Família e Coesão Social, da Economia, do Turismo, Instituto da Mulher e Criança, Associação Guineense de Mulheres Juristas, organizações da sociedade civil, Ação para o Desenvolvimento (AD), agências da ONU, autoridades tradicionais.

Riscos: Resistência sociocultural à liderança feminina; cobertura territorial; escassez de recursos técnicos e financeiros; fragilidade institucional das organizações de base.

Atividade 4.2.2 - Estimular o empreendedorismo feminino

Descrição da Atividade: Em estreita articulação com a atividade 4.1.2, capacitar as mulheres, com especial incidência em zonas rurais e vulneráveis, para o desenvolvimento de iniciativas focadas em atividades geradoras de rendimento, estimulando sua autonomia económica e a segurança alimentar comunitária, na base da produção e da transformação local. Lançar programas locais de formação básica para mulheres, em empreendedorismo, nomeadamente gestão, finanças e *marketing* digital. No âmbito da atividade 4.1.2, criar linhas específicas de microcrédito para mulheres com escassa escolaridade no sector informal, por garantia comunitária (% de cumprimento e *rating*) abrangendo todo o território graças à rede de bancadas de cidadania, através de formulários simples em plataforma digital PREV. Criação dos prémios “agricultora do mês”, “badeira do mês”, “cozinheira do mês”, funcionando por sinalização e verificação de pressupostos qualitativos a definir por regulamento.

Entidades envolvidas: Ministérios da Mulher, Família e Coesão Social, da Agricultura, do Comércio, Instituto da Mulher, AGMJ, redes juvenis, RENARC, organizações comunitárias.

Riscos: Baixo nível de escolaridade; barreiras à emancipação pública das mulheres.

Atividade 4.2.3 - Campanha de estigmatização da violência de género

Descrição da Atividade: Promover campanha nacional multicanal para informar e sensibilizar a população sobre direitos das mulheres, igualdade de género e combate à violência baseada no género⁴⁰, incluindo práticas nefastas como mutilação genital feminina e o casamento precoce forçado, provendo refúgios seguros e encaminhamento para raparigas ostracizadas ou estigmatizadas, em articulação com a atividade 4.2.1.

⁴⁰ Ver dois relatórios, com dez anos de diferença, sobre a situação VBG no país: popdesenvolvimento.org/genero/violencia/151-um-retrato-da-violencia-contra-mulheres-na-guine-bissau.html (2011) fecongd.org/pdf/RelatorioMulherGB.pdf (2021)

Entidades envolvidas: Ministérios da Mulher, Família e Coesão Social, da Saúde, da Justiça, Instituto da Mulher, RENLUV, PPM, AGMJ, AMPROCS, CMICS, RENARC, média nacional.

Riscos: Resistência cultural e religiosa à igualdade de género; baixa cobertura das zonas remotas; inexistência de serviços públicos especialmente vocacionados para VBG.

EIXO 4 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

4.3 Desenvolvimento Identitário de Competências

- 4.3.1 Criação de rede de Núcleos de Recursos de Formação à distância
- 4.3.2 Implementar programas de estágios e primeiros empregos
- 4.3.3 Promoção do empreendedorismo comunitário

EFEITO 4.3 - DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO DE COMPETÊNCIAS

A precariedade económica e a ausência de perspetivas profissionais alimentam frustrações e tornam os jovens particularmente expostos a discursos de ódio, promessas radicais e redes de tráfico de droga ou seres humanos. O défice de competências e de oportunidades de trabalho digno minam a confiança pessoal, estorvam a iniciativa individual e alimentam o desespero coletivo. A promoção da empregabilidade e da capacidade produtiva é uma alavanca essencial contra a radicalização e o extremismo.

É fundamental promover políticas e iniciativas que visem o reforço das capacidades técnico-profissionais de cidadãos e cidadãs, com foco nos jovens e nas populações mais vulneráveis, em atividades gerando rendimentos, seja ao nível da auto-suficiência, criando valor comunitário não monetário, ou em termos de excedentes, aproveitando as vantagens comparativas estratégicas que oferece o país (fertilidade, abundância de água, diversidade de recursos endógenos) como alicerce para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a prevenção da violência, em todas as suas manifestações.

Atividade 4.3.1 - Criação de rede de Núcleos de Recursos de Formação à distância

Descrição da Atividade: Recorrendo à rede de bancadas de cidadania, implantar e operar 50 centros de formação técnico-profissional em linha, oferecendo cursos teóricos em crioulo adaptados às realidades e tendências do mercado nacional (agricultura, energias renováveis, construção civil, minas, novas tecnologias da informação, turismo, carpintaria) e às realidades económicas quotidianas locais, incluindo tradições etnográficas e artesanato. De forma transversal, incluir a componente de empreendedorismo, em articulação com outras atividades deste Plano de Ação. Serão produzidos conteúdos com base em ações de formação promovidas no âmbito das atividades deste Plano de Ação, filmadas simultaneamente em português e em crioulo, com legendagem cruzada, articuladas num arquivo programático. Partilha pública de boas práticas e de casos exemplares de inserção profissional ou sucesso empresarial. Instituição de prémio “mais bem-sucedido formando” do ano.

Entidades envolvidas: Ministério da Educação e da Administração Pública, Reforma Administrativa, Emprego, Formação Profissional e Segurança Social, TV Klélé, Ação para o Desenvolvimento (AD), INEP, empresas privadas, ONGs, ARN.

Riscos: Fragilidade do sector privado e incipiência do mercado de trabalho; dificuldade de retenção dos jovens formados na origem.

Atividade 4.3.2 - Implementar programas de estágios e primeiros empregos

Descrição da Atividade: Criar mecanismos de subvenção a estágios remunerados e incentivos fiscais para empresas que contratem jovens recém-formados, desenvolvendo programas-piloto em sectores estratégicos (comércio, administração, energia, TIC), acompanhando jovens a inserir no mercado com mentoria e avaliação periódica, em articulação com os núcleos locais previstos na atividade anterior.

Entidades envolvidas: Ministérios da Juventude e da Administração Pública, Reforma Administrativa, Emprego, Formação Profissional e Segurança Social, sector privado, Câmara do Comércio e Associações profissionais, ONGs

Riscos: Desinteresse do sector privado; baixa qualificação; falta de continuidade.

Atividade 4.3.3 - Promoção do empreendedorismo comunitário

Descrição da Atividade: Apoiar iniciativas de geração de rendimento com base local, promovendo ações, à escala territorial, de empreendedorismo comunitário nas áreas rurais e periurbanas (fora da capital Bissau) com foco na resiliência e sustentabilidade socioeconómica, através da exploração direta dos recursos locais, da combinação de vantagens comparativas e imaginativas, e/ou pela oferta local de serviços contratados longe (com elevados custos de transporte), através da criação e consolidação de bolsas de negócio especializadas em segmentos de mercado de consumo interno, numa lógica de auto-suficiência económica nacional e promoção da segurança alimentar, no âmbito do presente Plano de Ação. Prevê a criação de bolsa virtual, ao nível nacional, para transação de ações de *start-ups* apoiadas por microcrédito e capital de risco. Criação de bolsa de instrumentos financeiros derivados, como bolsa de futuros agrícolas, com sistema de apoio virtual à formalização de contratos, incluindo monitorização do respetivo cumprimento e grau de satisfação das partes envolvidas, para produção de narrativas de sucesso. Instituição de *lumos* (feiras locais) de inovação comunitária e comercialização solidária, com suporte em plataforma internet, incluindo emissão de moeda de troca⁴¹.

Entidades envolvidas: Ministério da Economia e do Comércio, Ordem dos Advogados, AGMJ, ONGs de desenvolvimento, Escola de Arte e Ofícios, instituições financeiras, Indústria e Artesanato, Sector Privado, Comunidades locais, líderes tradicionais e religiosos.

Riscos: Falta de acompanhamento técnico após financiamento; mercados locais saturados ou pouco desenvolvidos; fragilidade dos conselhos de administração.

⁴¹ Por consignação obrigatória de excedentes ao preço de venda estipulado na plataforma.

ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação eficaz da Estratégia Nacional de Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento (PREV) e do seu Plano de Ação exige uma abordagem coordenada e participativa, assente numa dinâmica de mobilização de vontade política, tanto ao nível governamental, como de estruturas mais ou menos informais de poder local e da população em geral. Para tal, estabelece-se estrutura em três níveis complementares, com ênfase na articulação entre instituições públicas, sociedade civil, parceiros técnicos e financeiros, bem como atores comunitários, como sejam:

- Nível de decisão: Conselho PREV
- Nível de coordenação das atividades: Central de Inteligência PREV
- Nível funcional e logístico: Rede de Bancadas de Cidadania

Conselho PREV

O Conselho PREV funciona no âmbito da Central de Inteligência e é o órgão nacional de decisão política e orientação estratégica do Plano de Ação PREV, presidido pelo/a Ministro/a da Justiça e dos Direitos Humanos, integrando representantes de ministérios-chave, organizações da sociedade civil, parceiros internacionais, agências especializadas e personalidades convidadas que se destaquem pelo seu contributo positivo para uma resiliência patriótica, cidadã e comprometida.



Mandato e Funções:

- Aprovar a versão final da Estratégia e Plano de Ação PREV antes da sua adoção oficial pelo Governo;
- Supervisionar a execução da Estratégia e assegurar a sua coerência com os princípios democráticos e de direitos humanos;
- Facilitar a articulação interinstitucional e o alinhamento das ações com as políticas públicas relevantes;
- Validar os projetos estratégicos resultantes da PREV antes de sua execução;
- Mobilizar recursos técnicos e financeiros, promovendo sinergias entre doadores e atores nacionais;
- Aprovar relatórios periódicos e final de implementação, analisando os progressos e ajustando as prioridades;
- Criar grupos temáticos ou interministeriais, por eixo estratégico, envolvendo representantes dos sectores relevantes, OSCs e especialistas,
- Eleger e nomear coordenador/a e tesoureiro/a da Central de Inteligência;
- Garantir a apropriação nacional da estratégia PREV.

Periodicidade das Reuniões: O Conselho reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, no Ministério da Justiça, podendo convocar reuniões extraordinárias se necessário.

Composição Institucional (12):

- Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos: Coordenação geral da Estratégia; garante a conformidade legal e o respeito pelos direitos humanos.
- Ministério do Interior: Integra abordagem preventiva com as políticas de segurança.
- Ministério da Cultura e Juventude: Articula políticas identitárias com comunidades.
- Ministério da Educação: Vela pela implementação da pedagogia da inclusão e da convivência pacífica em programas escolares e ações educativas.
- Organizações da Sociedade Civil (LGDH, RENAJ): Participam na monitorização e avaliação de ações com base comunitária e centradas nos direitos.
- Departamento de Estado para os Assuntos Religiosos: mediar as relações entre o Estado e as confissões religiosas quanto à Estratégia e Plano de Ação.
- Parceiros Internacionais (UE, ONU, IMVF): Prestam apoio técnico e financeiro, promovem alinhamento com boas práticas internacionais.
- Personalidades relevantes por convite vitalício (2).

Central de Inteligência PREV

A Central de Inteligência será uma estrutura técnico-funcional virtual (para contenção de custos) alojada em portal da internet, especialmente criada, por reconversão do Observatório “Nó cudji Paz”, para a operacionalização da Estratégia Nacional, responsável pela articulação e execução das atividades previstas no presente Plano de Ação.

A Central de Inteligência “Nó cudji Paz”, será dirigida por Coordenador/a a nomear pelo Conselho, para execução das atividades previstas, segundo as suas diretrizes, coadjuvado por Tesoureiro/a, agindo de forma transparente e documentada, e respondendo pelas suas ações e omissões perante o Conselho. Os perfis a selecionar deverão evidenciar autonomia, pensamento crítico, criatividade, capacidade de liderança e fortes competências relacionais de trabalho em grupo e gestão de projetos.

Mandato e Funções:

- Oficiar a concessão de terreno em cada sector e supervisionar a construção por todo o país do mobiliário urbano⁴², base da rede de bancadas de cidadania;
- Coordenar a implementação dos efeitos previstos no presente Plano de Ação;
- Desdobrar e executar o orçamento, elaborando e ajustando o cronograma (fases e prazos) com os recursos alocados para cada ação e autorizando despesas;
- Apoio logístico, facilitação e superação de obstáculos dos projetos de atividade;
- Gerir no dia-a-dia as atividades implementadas no âmbito da PREV;
- Garantir coerência técnica e partilha de boas práticas;
- Facilitar a comunicação entre parceiros e o seguimento das recomendações;
- Promover as relações públicas e gerir o Portal internet de coordenação;
- Representar publicamente a Central de Inteligência, a Estratégia e o Plano de Ação;
- Manter arquivo de apoio à monitorização e reporte da avaliação da execução;
- Consolidar relatórios semestrais, anuais e final para submissão ao Conselho PREV.

Rede de Bancadas de Cidadania

Esta rede de base territorial, correspondente à atividade 3.1.2, constitui o suporte físico do Plano de Ação, com restantes atividades gravitando em torno dessa presença no terreno.

A rede de bancadas de cidadania, assistida pela equipa de animadores/as, sob a coordenação da Central de Inteligência, é responsável pela implementação da dinâmica do conjunto do Plano de Ação, esforçando-se por captar a iniciativa de participação e envolvimento popular ao nível local, nomeadamente pela revitalização dos Comitês de Tabanca e de Bairro (previstos pela atividade 3.2.2)⁴³.

⁴² “Djemberém” é uma expressão em crioulo da Guiné-Bissau que significa “a cabana onde se fazem conversas e se chega a consenso” ou “o lugar onde se constrói a paz”, segundo o *Peace Insight*. Mais especificamente, “Djemberém di Cumpo Combersa” refere-se a um serviço de mediação civil para a paz, focado em melhorar as relações entre sector de defesa e segurança e sociedade civil, bem como em resolver conflitos envolvendo essas forças. *Vista geral de IA Google*

⁴³ A rede estando dimensionada para 50 bancadas ao nível do sector, está prevista a sua expansão até um máximo de 100 (podendo dar lugar a reorganização ao nível da tabanca, para otimizar distâncias médias de acessibilidade), em caso de manifestação de interesse com base em organização popular democrática ao nível do Comité de Tabanca ou Bairro, caso distem mais de 2,5Km da bancada mais próxima.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O seguimento da implementação do PREV-GB será efetuado regularmente através da monitorização, avaliação e revisão da Estratégia Nacional e do respetivo Plano de Ação, com a finalidade de assegurar que os objetivos estratégicos estão a ser atingidos, identificar obstáculos à implementação, medir o impacto das intervenções e permitir ajustes baseados em evidências de boas práticas e nas lições aprendidas, assegurando a transparência e a prestação de contas aos cidadãos e parceiros.

Todo o processo de monitorização e avaliação (M&A) será conduzido de forma participativa, envolvendo nomeadamente:

- **Departamento e Fórum para os Assuntos Religiosos:** Parecer sobre relatórios técnicos semestrais, anuais e final. Propõem medidas corretivas se necessário.
- **Conselho PREV-GB:** Elabora os relatórios semestrais, anuais e final de M&A, anunciando e validando avanços, recomendando ajustes de políticas e ações. Promove a disseminação a parceiros e garante apropriação pública de resultados.
- **Plataformas Territoriais:** Participam localmente na recolha de dados, avaliando relevância da estratégia, promovendo o diálogo com atores relevantes para aferição qualitativa e quantitativa do impacto das ações.
- **Partes Interessadas:** Instituições públicas; ONGs; Rede de Comités de Tabanca e Bairro; Parceiros internacionais; Plataformas religiosas e redes locais; Público.



Cada atividade do Plano de Ação será acompanhada por indicadores de meta claros (a traduzir em estatísticas fiáveis e verificáveis), estruturados em três níveis:

- **Indicadores de processo:** número de ações realizadas, cobertura geográfica, número de participantes;
- **Indicadores de resultado:** mudança de comportamento, acesso a serviços, percepção de segurança ou inclusão;
- **Indicadores de impacto:** redução da vulnerabilidade, confiança institucional, coesão social, produção de contranarrativas, deteção de sinais de radicalização.

Sempre que possível, os indicadores serão desagregados por género, idade, região e grupo vulnerável, assegurando um enfoque inclusivo.

Relatórios e Avaliações periódicas:

- **Relatório Semestral:** Recolhe dados de execução, dificuldades encontradas e medidas adotadas para as ultrapassar;
- **Relatório Anual Consolidado:** Avaliação global do progresso em curso, por eixo estratégico, estimando o alcance dos efeitos esperados;
- **Avaliação Final:** Aferição do impacto da PREV-GB e sistematização das lições aprendidas para orientar futuras políticas nacionais.

A transparência será assegurada através da publicação periódica dos relatórios de progresso, discutidos especificamente no âmbito dos fóruns previstos pelas atividades a desenvolver pelo presente Plano de Ação, ou da rede de Comitês de Tabanca e de Bairro.



CUSTOS E FINANCIAMENTO

A implementação eficaz da Estratégia Nacional e do Plano de Ação de Prevenção do Radicalismo e Extremismo Violento (PREV-GB) requer um investimento financeiro adequado, previsível e sustentável, que permita a realização das atividades propostas nos quatro eixos estratégicos, bem como das ações transversais de coordenação, monitorização e avaliação.

O financiamento da PREV-GB deve ser encarado como um investimento na paz, na coesão social e na estabilidade democrática da Guiné-Bissau, prestando-se a mobilizar recursos tanto nacionais como internacionais, de forma coordenada e transparente.

Apresenta-se, a título indicativo e sujeita a acertos, estimativa orçamental baseada na experiência dos dois consultores, e identificam-se fontes de financiamento. Com base no carácter inovador da abordagem, realça-se o elevado potencial de exemplaridade da Estratégia apresentada.

Atendendo ao esforço de aderência à realidade e de racionalização de custos, ao contributo significativo do Orçamento de Estado (configurando obrigações e comprometimento com o apoio administrativo e logístico) e à valorização dos recursos humanos nacionais, bem como ao seu alinhamento com agendas internacionais (ODS, Agenda 2030, Agenda da UA 2063), pretende-se conseguir a mobilização de recursos suficientes para a sua implementação no quinquénio 2026 a 2030, através de conferências de doadores e parcerias estratégicas a negociar, com o apoio governamental.

EIXO 1		EIXO 2		EIXO 3		EIXO 4	
Reforço do Estado de Direito		Educação e comunicação		Envolvimento sociocultural		Promoção da Inclusão	
1.1	66 200 000	2.1	211 300 000	3.1	98 200 000	4.1	194 980 000
1.2	200 700 000	2.2	277 400 000	3.2	258 800 000	4.2	92 400 000
1.3	20 500 000	2.3	26 500 000			4.3	97 000 000
Total	287 400 000	Total	515 200 000	Total	357 000 000	Total	384 380 000
OE	46 500 000	OE	35 000 000	OE	55 000 000	OE	50 000 000
%nacional	16,2%	%nacional	6,8%	%nacional	15,4%	%nacional	13,0%

O total dos custos estimados para o presente Plano de Ação é de **1 576 480 000** francos CFA, cerca de **USD \$2 800 000**, ao câmbio de meados de agosto de 2025, com um contributo nacional de 11,8%, por parte do Orçamento de Estado.

Eixo 1

1.1 - APERFEIÇOAMENTO LEGAL E EMPODERAMENTO JUDICIAL							287 400 000
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
1.1.1 - Revisão do quadro legal							
Auditoria de incoerências, omissões e incumprimentos		2 000 000					2 000 000
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
	Recolha de contributos		1 000 000				1 000 000
Auditoria Ex-Novo	Elaboração de Proposta			5 000 000	7 500 000		12 500 000
	Discussão e advocacia					1 000 000	1 000 000
1.1.2 - Atualização de proposta de Lei para regulação das redes sociais							
Apoio técnico de consultoria ARN		500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
Revisão de proposta de Lei para regulação da Internet		5 000 000					5 000 000
Discussão e advocacia			1 000 000				1 000 000
1.1.3 - Financiamento para consolidação da Provedoria de Justiça							
Remuneração de 6 estágios de treino e investigação		7 200 000	3 600 000	3 600 000	2 400 000	2 400 000	19 200 000
1.1.4 - Regulamentação sobre responsabilização de agentes públicos							
Apoio administrativo Ministério da Justiça		500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
Apoio logístico Ministério do Interior		500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
	Recolha de contributos	1 000 000					1 000 000
Nova Regulação	Elaboração de Proposta		5 000 000				5 000 000
	Discussão e advocacia			1 000 000			1 000 000
Design e publicação de guia a distribuir pelos agentes					5 000 000		5 000 000
Total							66 200 000

1.2 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total	
1.2.1 - Criação de Departamento de Estado para assuntos religiosos							
Apoio administrativo Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000	
Apoio logístico Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000	
Apoio à Peregrinação	Meca	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	75 000 000
	Roma	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	10 000 000
	Fátima	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	10 000 000
Apoio Açúcar a Festividades	Ramadão	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
	Natal	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
1.2.2 - Formação de magistrados da Procuradoria-Geral da República (PGR)							
Apoio administrativo PGR	500 000		500 000		500 000	1 500 000	
Elaboração e reprodução de guia	1 000 000					1 000 000	
Honorários LGDH para formação	300 000		300 000		300 000	900 000	
Catering	100 000		100 000		100 000	300 000	
1.2.3 - Reforço dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ)							
Remuneração de 6 estágios profissionalizantes	7 200 000	7 200 000	7 200 000	7 200 000	7 200 000	36 000 000	
Honorários OA para formação 8h ao nível 36 sectores	3 600 000					3 600 000	
Subsídios Formação e Transporte 108 Mediadores/as	5 400 000					5 400 000	
1.2.4 - Monitorização da atuação das forças de defesa e segurança							
Apoio administrativo Ministério do Interior	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000	
Apoio investigação Polícia Judiciária	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000	
Sistema de sinalização e sua publicitação	2 000 000					2 000 000	
Honorários Comissão LGDH	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000	
Total						200 700 000	

EFEITO 1.3 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
1.3.1 - Implementação de parcerias estratégicas						
Apoio logístico Ministério dos Negócios Estrangeiros	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
1.3.2 - Troca de informações e inteligência						
Apoio logístico Polícia Judiciária	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Subsídio para Equipamento da PJ	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Despesas de Telecomunicações	600 000	600 000	600 000	600 000	600 000	3 000 000
1.3.3 - Reforço da cooperação bilateral						
Apoio logístico Ministério dos Negócios Estrangeiros	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
1.3.4 - Mobilização de apoio técnico e financeiro internacional						
Apoio logístico Ministério dos Negócios Estrangeiros	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
Total						20 500 000



Eixo 2

EFEITO 2.1 - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA						515 200 000
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
2.1.1 - Inclusão de conteúdos identitários no currículo escolar						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Educação	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Equipa multidisciplinar de produção de conteúdos	10 000 000					10 000 000
Programa de oferta de manuais a preços simbólicos		50 000 000	35 000 000	20 000 000		105 000 000
2.1.2 - Capacitar professores em narrativas para a paz						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Educação		1 000 000				1 000 000
Honorários para formação	36 sectores	3 600 000				3 600 000
	SAB - 14 Bairros	700 000				700 000
2.1.3 - Estimular o mérito pela promoção da igualdade de oportunidades						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Educação	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Equipa pedagógica de produção de exames		1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000
Prémios por mérito no exame			10 000 000	10 000 000	10 000 000	30 000 000
2.1.4 - Formação técnica de agentes do Estado						
Apoio administrativo e logístico MAPTESS	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Design e publicação de guia a distribuir pelos agentes	8 000 000					8 000 000
Honorários 50 sessões 4h por ano formação LGDH / AO		2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	8 000 000
Catering 50 sessões por ano		1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	6 000 000
2.1.5 - Experiência pedagógica piloto na introdução do crioulo no primeiro ciclo						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Educação	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Construção de 4 <i>djemberém</i> e edifício de apoio		6 000 000				6 000 000
Equipamento: carteiras, quadros, projetor, energia solar		4 000 000				4 000 000
Material didático, lúdico e telecomunicações		2 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Total						211 300 000

EFEITO 2.2 - SENSIBILIZAÇÃO PARA A PAZ

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
2.2.1 - Campanha Cultural pela Tolerância e Inclusão						
4 Prêmios e Galas anuais (cadência trimestral)	8 000 000	8 000 000	8 000 000	8 000 000	8 000 000	40 000 000
Contratação 50 a 100 animadores/as locais	3 000 000	3 600 000	4 200 000	4 800 000	5 400 000	21 000 000
Kit de animador/a (router, projetor, energia solar)	15 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	27 000 000
Avença mensal TV Klele mais despesas inerentes	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	30 000 000
2.2.2 - Desenvolver programas extra-escolares produtivos e inclusivos						
1000 Kits de horticultura incluindo sementes		8 000 000	6 000 000	4 000 000	2 000 000	20 000 000
500 Kits de cozinha mais fogão comunitário			10 000 000	6 000 000	4 000 000	20 000 000
Prêmios Regiões			2 400 000	4 800 000	4 800 000	12 000 000
2.2.3 - Campanha de aprendizagem partilhada de línguas étnicas						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Educação	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Consultores em linha para 12 línguas		7 200 000	7 200 000	7 200 000	7 200 000	28 800 000
2.2.4 - Campanha de estímulo da literacia analógica e digital						
Apoio administrativo Direção Geral de Alfândegas	2 000 000	1 000 000		1 000 000		4 000 000
Aquisição frota 10 moto-taxis adaptados	16 000 000					16 000 000
Combustível, seguro e manutenção	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	4 500 000
Remuneração Biblio-Taxistas	7 020 000	7 020 000	7 020 000	7 020 000	7 020 000	35 100 000
Importação de contentor com doações		2 000 000		2 000 000		4 000 000
Negociação editoras e importação 10 kits Biblioteca	10 000 000					10 000 000
Total						277 400 000

EFEITO 2.3 - COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
2.3.1 - Criação de plataforma nacional de sinalização						
Apoio administrativo Polícia Judiciária	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
Divulgação de Linha telefónica gratuita e anónima	1 000 000	800 000	600 000	400 000	200 000	3 000 000
Apresentação Plataforma digital	500 000					500 000
2.3.2 - Formação de influenciadores/as em fact-checking e contranarrativas						
Apoio administrativo e logístico MAPTESS	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
Formação 4h CMICS para 50 atores	200 000	200 000	200 000	200 000	200 000	1 000 000
Retiro de 2 dias para sensibilização de 25 atores		2 000 000				2 000 000
2.3.3 - Seleção e formação de animadores/as para a cidadania						
Provas e entrevista de seleção por Região	3 200 000					3 200 000
Honorários LGDH Formação por Região 12h	2 400 000					2 400 000
Subsídio Transporte 12 formandos por ação por Região	2 400 000					2 400 000
Prémio "animador do ano"		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
2.3.4 - Instituição de prémio nacional de comunicação pela paz						
Prémio e Gala anual	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Total						26 500 000

Eixo 3

EFEITO 3.1 - DIÁLOGO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS						357 000 000
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
3.1.1 - Criação de Fórum Nacional Inter-religioso						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Retiro de 2 dias para reflexão com declaração final	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	12 000 000
Subsídio mensal ilimitado voz + 20 Gigas /24 membros	4 320 000	4 320 000	4 320 000	4 320 000	4 320 000	21 600 000
3.1.2 - Criação de rede de bancadas de cidadania						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Formalização usufruto do terreno	2 500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	4 500 000
Base	5 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	9 000 000
Construção Djemberém						
Cobertura de colmo	3 000 000	600 000	3 600 000	1 200 000	4 200 000	12 600 000
Querintins	1 000 000	1 200 000	1 400 000	1 600 000	1 800 000	7 000 000
Bancos corridos e individuais de madeira	1 000 000	1 200 000	1 400 000	1 600 000	1 800 000	7 000 000
3.1.3 - Incentivo a projetos de voluntariado juvenil						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Juventude	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Fundo de apoio pontual a iniciativas de voluntariado		2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	8 000 000
Prémio iniciativa de voluntariado do ano			500 000	500 000	500 000	1 500 000
Total						98 200 000

EFEITO 3.2 - PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
3.2.1 - Instituição da Central de Inteligência PREV						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Disponibilização de Gabinete para sede	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	30 000 000
Remuneração Coordenador/a	19 500 000	19 500 000	19 500 000	19 500 000	19 500 000	97 500 000
Remuneração Tesoureiro/a	6 500 000	6 500 000	6 500 000	6 500 000	6 500 000	32 500 000
Leasing e seguro de viatura	4 000 000	4 000 000	4 000 000	4 000 000	4 000 000	20 000 000
Combustível e manutenção da viatura	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	10 000 000
Telecomunicações (ilimitado voz + 20 Gigas por mês)	360 000	360 000	360 000	360 000	360 000	1 800 000
Criação e manutenção de Portal PREV	5 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	17 000 000
Prémios e Gala anual História e Teologia	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000	25 000 000
3.2.2 - Revitalização em rede de Comités de Tabanca e de Bairro						
Apoio administrativo Ministério Administração Territorial	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
3.2.3 - Glocalização comunitária						
Prémio e Gala anual Tabanca do Ano	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	15 000 000
Total						258 800 000

Eixo 4

EFEITO 4.1 - EMPODERAMENTO DE JOVENS						384 380 000
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
4.1.1 - Programas de formação técnico-profissional e de empreendedorismo						
Apoio administrativo e logístico MAPTESS	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Honorários Formação de Formadores Empreendedorismo	2 500 000					2 500 000
Catering 10 sessões de 6h / 8 participantes	480 000					480 000
Fundo de Fomento específico para Ações de Formação		3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	12 000 000
4.1.2 - Política de fomento do empreendedorismo						
Apoio administrativo e logístico Ministério das Finanças	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Dotação Capital Social de instituição para-bancária	50 000 000					50 000 000
Fundo de Fomento Capital de Risco	25 000 000					25 000 000
Prémio "micro-empresário/a do mês"		6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	24 000 000
4.1.3 - Programa nacional de bolsas de estudo por mérito						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Apoio administrativo e logístico MNE	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Fundo de apoio a 9 Bolsas de estudo Nacionais		4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	18 000 000
Fundo de apoio a 2 Bolsas de estudo Internacionais		12 000 000	12 000 000	12 000 000	12 000 000	48 000 000
Total						194 980 000

EFEITO 4.2 - EMPODERAMENTO DAS MULHERES

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Atividade 4.2.1 - Lançar Rede de Cooperativas de Mulheres para acesso a recursos						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Avença mensal AGMJ para apoio jurídico	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	6 000 000
Fundo para valência de apoio a vítimas de VBG	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	10 000 000
Prémio "cooperativa feminina do ano"		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
4.2.2 - Estimular o empreendedorismo feminino						
Apoio logístico Centro de Formalização de Empresas	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Honorários Sessões trimestrais de Formação / Bancada	4 000 000	800 000	800 000	800 000	800 000	7 200 000
Ranchos coletivos	4 000 000	800 000	800 000	800 000	800 000	7 200 000
Depósito fundo de garantia feminino	25 000 000					25 000 000
4.2.3 - Campanha de estigmatização da violência de género						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Campanha Rádios privadas e comunitárias	6 000 000	5 000 000	4 000 000	3 000 000	2 000 000	20 000 000
Total						92 400 000

4.3 - DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO DE COMPETÊNCIAS

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
4.3.1 - Criação de rede de Núcleos de Recursos de Formação à distância						
Apoio administrativo e logístico MAPTESS	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Prêmios de produtividade TV Klele	2 000 000	4 000 000	2 000 000			8 000 000
Prêmios mais bem sucedido formando/a do ano		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
4.3.2 - Implementar programas de estágios e primeiros empregos						
Apoio administrativo e logístico MAPTESS	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Fundo de subvenção (50%) a 20 estágios remunerados	12 000 000	12 000 000	12 000 000	12 000 000	12 000 000	60 000 000
4.3.3 - Promoção do empreendedorismo comunitário						
Apoio administrativo e logístico Ministério da Justiça	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	5 000 000
Apoio jurídico Ordem dos Advogados		500 000	500 000	500 000	500 000	2 000 000
Criação de Bolsa e Moeda de troca virtual Portal PREV		10 000 000				10 000 000
Total						97 000 000



CONCLUSÃO

Num contexto sub-regional cada vez mais marcado pela instabilidade, pela violência e pelo colapso de instituições estatais, a Guiné-Bissau opta conscientemente pelo caminho da prevenção, da coesão social e da resposta estruturada aos riscos que fragilizam a paz. Esta estratégia parte do reconhecimento de que a prevenção eficaz do extremismo violento se faz pela criação de oportunidades, pelo reforço da cidadania, pelo respeito à diversidade, pelo empoderamento de jovens e mulheres, e pelo combate à discriminação e a todo o tipo de exclusão social, política e económica.

A Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Prevenção do Radicalismo e do Extremismo Violento na Guiné-Bissau (PREV-GB) constitui o principal produto do projeto “**Observatório da Paz – Nô Cudji Paz**”, implementado entre 2022 e 2026 pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), com financiamento da União Europeia e cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

É fruto de um processo participativo e multissetorial que envolveu mais de 200 atores estratégicos e culminou no atelier de validação de 16 de abril de 2026. A Estratégia PREV-GB articula quatro eixos estratégicos complementares – reforço do Estado de Direito, educação e comunicação estratégica, envolvimento social e comunitário, e promoção da inclusão – operacionalizados através de um Plano de Ação nacional ambicioso, mas viável, tanto ao nível económico como funcional.

Os atores públicos, a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento e as comunidades locais são chamados a participar ativamente na sua implementação, acompanhando os resultados e ajustando os caminhos sempre que necessário, através de mecanismos de monitorização e avaliação participativa que garantem a transparência, a prestação de contas e a aprendizagem contínua.

A PREV-GB não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida estratégico para consolidar uma cultura de paz e de legalidade, num momento em que estas se encontram fortemente ameaçadas, à escala global e sub-regional. Mais do que um documento técnico, esta Estratégia representa um compromisso político e social com um futuro em que a diversidade étnica, cultural e religiosa da Guiné-Bissau – historicamente marcada pela tolerância, pelo sincretismo e pelo espírito de *guinendadi* – continue a constituir um ativo de resiliência e não um fator de fragmentação.

Reafirma-se assim o compromisso filosófico do Estado guineense para com os princípios democráticos apontados por Amílcar Cabral, os direitos humanos e a justiça social, chamando todas as forças vivas da nação a contribuir para este desígnio comum. A paz constrói-se com escolhas corajosas, e prevenir o extremismo violento é, acima de tudo, uma escolha pela vida, pela convivência e pela dignidade humana – opções nas quais o povo bissau-guineense tem demonstrado, ao longo da sua história, capacidade exemplar de resiliência, diálogo e esperança.

«A força de uma árvore está na raiz; a força de um povo está na sua capacidade de se unir, de aprender com o passado e de construir, juntos, um futuro de paz.»

SOBRE OS AUTORES

Alfredo Handem

Alfredo Handem é um intelectual e consultor guineense com um percurso marcado pelo compromisso cívico, pela promoção do diálogo intercultural e pelo fortalecimento da convivência democrática na Guiné-Bissau. Especialista em temas ligados aos direitos humanos, à coesão social e à construção de respostas pacíficas e inclusivas para os desafios contemporâneos, tem desenvolvido trabalho de consultoria técnica, mediação comunitária e produção de conhecimento sobre prevenção da radicalização, justiça social e fortalecimento institucional.

Atualmente, exerce funções como Presidente do Conselho de Administração do Eco-bank Guiné-Bissau, onde contribui para a governação corporativa e para o alinhamento da instituição com padrões internacionais de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Paralelamente, mantém uma atividade intensa como autor e analista político, com múltiplos artigos publicados em plataformas de referência como o *Didinho*, onde aborda temas estruturantes como a revisão constitucional, a governação democrática e os desafios da construção do Estado de Direito na Guiné-Bissau.

No âmbito académico, é coautor do capítulo «(Intermittent) Poverty and Peace in Guinea-Bissau», integrado na obra *Poverty and Peace in Guinea-Bissau* (Centro de Estudos Internacionais, ISCTE), demonstrando a sua capacidade de articular reflexão teórica com análise empírica contextualizada.

Reconhecido pela sua independência intelectual e pela sua capacidade de mobilizar consensos entre atores diversos, Alfredo Handem continua a dedicar-se à construção de uma Guiné-Bissau mais justa, pacífica e resiliente.

Carmelita Pires

Uma Vida de Compromisso com a Justiça e a Igualdade.

Nascida em Bissau a 16 de novembro de 1963, Carmelita Maria Barbosa Rodrigues Pires é uma das figuras mais destacadas da vida pública e jurídica da Guiné-Bissau. Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (1991) e mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa, com uma tese pioneira sobre os direitos fundamentais na Guiné-Bissau, a sua trajetória combina excelência académica com um profundo compromisso cívico.

A sua carreira profissional iniciou-se como professora na Brigada Pedagógica do PAIGC, antes de se tornar advogada inscrita nas ordens da Guiné-Bissau e de Portugal. O seu percurso governativo inclui dois mandatos como Ministra da Justiça (2007–2009 e 2014–2015), períodos marcados por posições firmes contra o narcotráfico e pela pro-



moção da igualdade de género, nomeando mulheres para cargos de direção como a Diretora da Polícia Judiciária.

Entre 2009 e 2012, serviu como Conselheira Especial para o Tráfico de Droga e Crime Organizado na Comissão da CEDEAO, em Abuja.

Politicamente, foi Presidente do Partido Unido Social Democrata (PUSD) de 2013 a 2016, sendo a única líder partidária a apresentar seis mulheres à cabeça das listas legislativas em 2014. De 2017-2019, integrou o Partido da Renovação Social (PRS), onde presidiu à Organização das Mulheres.

Como ativista feminista, Carmelita Pires destaca-se pela sua luta pela igualdade de género e pelo empoderamento das mulheres guineenses.

A sua vida exemplifica a convicção de que a força de um povo reside na sua capacidade de se unir, aprender com o passado e construir, juntos, um futuro de justiça e dignidade.

